



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE
DESIGUALDADES OCUPACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO**

Mariana Veloso Portela Xavier

Brasília - DF

2022

MARIANA VELOSO PORTELA XAVIER

**DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE
DESIGUALDADES OCUPACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Emerson Ferreira Rocha

Brasília - DF

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida e por ter me concedido saúde e determinação para chegar ao fim de mais uma jornada, a formação num curso superior.

Aos meus pais, Rejane e Carlos, assim como meu irmão, Caio, que estiveram comigo durante toda a minha caminhada até a formação, por sempre estarem ao meu lado me dando apoio e ajuda nos momentos que eu mais precisava. Ao meu “irmão de quatro patas”, Scooby, que sempre me alegrava e me dava um gás pra continuar, principalmente nos momentos em que eu aparentava estar esgotada.

Aos meus amigos, tanto aqueles que já me acompanham desde minha infância e/ou adolescência como aqueles que conheci através da UnB, que formam minha rede de apoio e que sou extremamente grata de tê-los ao meu lado. Obrigada por sempre me escutarem com afinco e por serem meu suporte tanto em momentos alegres quanto difíceis.

Às minhas psicólogas, Dra. Ana Lúcia e Dra. Ana Olímpia, que sempre estiveram ao meu lado para o que eu precisasse e que, assim como meus amigos, também formaram a minha rede de apoio durante toda a minha graduação. Agradeço por cada sessão de terapia, por cada ensinamento, por terem me permitido colocar pra fora tudo que eu sentia e por terem me escutado com carinho.

Aos professores, que desempenham um papel riquíssimo e que foram peças essenciais no meu aprendizado durante toda a minha graduação. Agradeço em especial à Profa. Christiane Coelho e ao Prof. Emerson Ferreira, que me ajudaram nos meus anos finais de curso e que são parte importante desta monografia.

Aos meus supervisores e colegas de estágio, que me receberam de braços abertos e me acolheram com muito carinho, que me proporcionaram a troca de conhecimento e que me permitiram colocar em prática todo meu aprendizado. Serei sempre extremamente grata por todos vocês e por todas as felicidades e ensinamentos que vocês me proporcionaram.

À Universidade de Brasília, que além de contribuir enormemente na construção do meu conhecimento e no meu processo de formação profissional, também me proporcionou experiências memoráveis fora do ambiente da sala de aula.

RESUMO

A desigualdade racial é até hoje um traço marcante na sociedade brasileira, indivíduos brancos ainda ocupam um espaço de privilégio em nosso meio social e aos indivíduos negros, a busca por um lugar ao sol é contínua. Essa desigualdade expressa-se através de diferenças no acesso à saúde e educação de qualidade, diferenças salariais e de ocupação e diferenças na ascensão à espaços de privilégio e de tomada de decisão e/ou poder. Sendo assim, esta monografia toma como assunto principal a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, tendo como principal objetivo entender quais são os entraves sociais que operam na manutenção das desigualdades ocupacionais entre brancos e negros. A fim de compor o debate, levou-se em conta a revisão de bibliografias históricas, construída com o auxílio dos livros “O Espetáculo das Raças” de Lilia Schwarcz, “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” de Florestan Fernandes e “Negros e Brancos em São Paulo” de George Andrews; como também uma revisão sistemática sobre o tema da desigualdade racial na sociedade nos dias de hoje. Entre algumas das conclusões encontradas neste estudo estão o fato de que negros e brancos possuem uma inserção diferenciada no mercado de trabalho, para indivíduos negros é mais difícil ascender socialmente de maneira intergeracional, negros normalmente se encontram na base das hierarquias empresariais e que a maioria dos intelectuais que escrevem sobre a temática racial no Brasil são homens e indivíduos brancos.

Palavras-chave: desigualdade racial; mercado de trabalho; desigualdades ocupacionais; negros.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos autores das produções coletadas.	39
Gráfico 2 - Declaração étnico-racial dos autores das produções coletadas.	40
Gráfico 3 - Área de graduação dos autores das produções coletadas.	44
Gráfico 4 - Quantidade de autores que possuem o nível de doutorado.	45
Gráfico 5 - Quantidade de autores que possuem o nível de doutorado com a temática racial.	46
Gráfico 6 - Bases de dados utilizadas dentre as produções coletadas.	48
Gráfico 7 - Meios de publicação utilizados dentre as produções coletadas.	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nome dos autores(as) e a quantidade de vezes que apareceu como autor(a) das produções científicas coletadas.	35
Tabela 2 - Nome das instituições e a quantidade de autores filiados com base nas produções científicas coletadas.	41
Tabela 3 - Métodos de análise e a quantidade de vezes em que eles foram utilizados dentre as produções coletadas.	46
Tabela 4 - Nomes das revistas científicas.	49

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais	9
2. Revisitando a história do Brasil pós-Abolição	12
2.1. Integração do negro na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.	12
2.2. Institucionalização do racismo científico na sociedade brasileira.	16
2.3. Política de imigração e suas consequências.	19
2.3.1. Política de imigração: sobre seu início e como se estruturou.	19
2.3.2. Consequências da política de imigração.	24
3. Metodologia	32
3.1. Revisão Sistemática: resultados.	34
4. Conclusão	51
5. Referências Bibliográficas	55

1. Considerações iniciais.

A figura do negro¹, e principalmente a sua força de trabalho, está extremamente atrelada ao desenvolvimento e formação do Brasil enquanto uma nação. Segundo Clóvis Moura (1988), durante o período colonial e a vigência da escravidão, o escravo negro teve sua força de trabalho explorada à exaustão e, muito por conta disso, esteve presente nos mais diversos setores de atividade laboral.

Decretada a Lei Áurea, Lei Imperial nº 3.353/1888, é chegado ao fim a escravidão no Brasil e conseqüentemente a liberdade é concedida a milhares de negros que eram mantidos como escravos até então. Se por um lado, a Lei Áurea trouxe benefícios quanto à concessão de liberdade aos negros e conseqüentemente o fim de uma realidade cruel, por outro, essa mesma lei trouxe conseqüências na inserção da população negra livre na nova ordem societária vigente.

Na transição de uma sociedade pré-capitalista para uma sociedade capitalista emergente, a mesma força de trabalho negra que antes era utilizada em abundância e que estava altamente integrada aos meios de produção, sofreu com seu processo de marginalização e de não aproveitamento. Pela falta de políticas de inserção na sociedade, de ideologias de inferiorização e principalmente, pela adoção de uma política de imigração, a figura do negro sofreu um processo de marginalização tanto do meio social como do meio produtivo em meados do final do século XIX. Em conseqüência, o negro ficou totalmente à parte do crescimento e evolução em curso da sociedade brasileira.

Embora a situação acima citada tenha ocorrido em um tempo distante, é possível perceber certa reminiscência sob o lugar do negro na sociedade. Em pleno século XXI, o que ainda se observa são as desigualdades existentes entre brancos e negros, e desigualdades essas que se expressam como diferenças no acesso à saúde e educação de qualidade, diferenças salariais e de ocupação e principalmente diferenças na ascensão à espaços de privilégio e de tomada de decisão e/ou poder.

¹ Nesta monografia, a terminologia de referência à palavra *negros* pode vir a sofrer algumas modificações, outros termos podem vir a aparecer como “população de cor”, “população negra”, etc. Num geral, a autora preferiu utilizar a terminologia que os próprios autores, utilizados para a composição do debate da monografia, já utilizavam em seus respectivos trabalhos. Vale ressaltar também, que nesse trabalho a concepção de *negro* utilizada pela autora, diz respeito aos indivíduos que apresentam afro-descendência e que se autodeclaram como pretos ou pardos.

Em 2018, através de uma matéria jornalística, o site de notícias G1 buscou evidenciar como ainda no século XXI, a desigualdade racial se faz presente no mercado de trabalho brasileiro. A reportagem, produzida com o auxílio de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, revelou as diferenças salariais por região e a diferença dos trabalhos exercidos na sociedade por trabalhadores brancos e negros.

Através do gráfico "*o mercado de trabalho para brancos e negros*" apresentado no texto jornalístico, o que se percebe é que brancos estão muito mais concentrados em ocupações que remuneram mais e que exigem uma melhor e/ou maior qualificação, cenário totalmente oposto quando observado para o grupo dos negros. Por meio do levantamento, feito através da RAIS de 2016, brancos eram maioria nas profissões como engenheiro de equipamentos em computação (92%), engenheiro mecânico automotivo (90%) e professor de medicina (89%). No caso dos negros, esses estavam mais concentrados em ocupações como trabalhador da cultura do dendê (92,7%), trabalhador no cultivo de trepadeiras frutíferas (84,3%), trabalhador no cultivo de espécies frutíferas rasteiras (83,7%) e demais ocupações menos qualificadas.

Para alguns especialistas, ouvidos pelos repórteres, essa diferenciação se faz presente devido a existência de um abismo social que distancia brancos e negros da educação e de outras oportunidades como a ascensão profissional, sendo esses fatores, alguns dos infortúnios remanescentes do período escravocrata na nossa sociedade atual.

Frente ao exposto acima, esta monografia toma como objetivo geral examinar a situação ocupacional de pessoas negras no mercado laboral brasileiro. A fim de compor este debate, o presente trabalho está estruturado sobre dois pilares principais: Primeiramente, através de uma literatura histórica, pretendo compreender e expor como se deu a inserção dos negros na sociedade e concomitantemente no mercado de trabalho brasileiro pós-Abolição. Em segundo lugar, pretendo observar como está a situação dos indivíduos negros e como eles estão distribuídos dentro do mercado de trabalho na sociedade atual.

A partir da compreensão desses dois pilares estruturantes do debate, o trabalho tomará como objetivo principal responder a questão acerca de quais são os entraves sociais que estão em jogo e que contribuem para a manutenção das desigualdades ocupacionais entre indivíduos brancos e negros, dificultando a ascensão ocupacional desses últimos a cargos mais prestigiosos.

Na busca de compor um debate minucioso sobre o tema proposto para a investigação, a monografia contará com a utilização de uma metodologia quanti-qualitativa no intuito de investigar com afinco o tema escolhido para compor o trabalho.

Quanto à utilização de métodos qualitativos, esse faz referência à primeira ideia tomada para construção da monografia, ou seja, revisitar o assunto sobre a inserção dos negros na sociedade e concomitantemente no mercado de trabalho brasileiro pós-Abolição. Para isso, se fará necessário uma revisão da bibliografia histórica e sociológica clássica que aborde o assunto em questão para que seja possível fazer uma reconstrução dos cenários da sociedade brasileira do século XIX e século XX, respectivamente. Entre as referências bibliográficas clássicas mobilizadas para compor esse debate, elenco três das obras que serão utilizadas como peças chave e que contribuirão fortemente para o debate: primeiramente o livro “O Espetáculo das Raças” de Lilia Schwarcz, no qual a autora faz a reconstrução do papel do racismo científico no Brasil recém pós-escravista; em seguida o livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” de Florestan Fernandes e por fim, mas não menos importante, o livro “Negros e Brancos em São Paulo” de George Andrews. Os dois últimos livros citados possuem o mesmo tema de discussão, ou seja, a interpretação de seus autores sobre a inserção do negro no mercado de trabalho após a Abolição.

Quanto à utilização de métodos quantitativos, esse será utilizado para compor a segunda parte do debate proposto pela monografia, no caso, observar a situação ocupacional de pessoas negras no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo e apontar quais são os entraves sociais que operam dificultando a ascensão ocupacional de indivíduos negros a cargos de trabalho mais prestigiosos. Para investigar esse cenário, a metodologia que melhor contribuirá para a investigação do tema é a revisão sistemática da produção empírica mais recente que se tem a respeito do tema escolhido. Ao escolher essa metodologia, a ideia central é fazer uma organização dos dados e/ou das discussões, já feitas anteriormente, que abordam a situação do negro no mercado de trabalho brasileiro e a partir disso ter um panorama de como a desigualdade ocupacional se manifesta dentro do recorte temporal estipulado para o estudo, produções científicas escritas e publicadas entre os anos de 2010 a 2021.

A escolha pela temática da desigualdade racial como assunto nesta monografia, se deu a partir do contato que a autora obteve com a área de estudo durante a sua trajetória acadêmica. A inspiração para a construção desta monografia nasceu a partir da confecção de um trabalho final

de disciplina, trabalho este que significou o ponto inicial do que viria a ser todo o trabalho de conclusão de curso da autora.

Através da exposição do tema escolhido para discussão neste trabalho e, concomitantemente a metodologia a ser utilizada, percebe-se que a temática escolhida é interessante porque revisita nossa história enquanto sociedade em construção e possibilita tecer análises sobre mudanças e/ou permanências de condutas entre sociedades de tempos diferentes. A temática também se apresenta como relevante, porque ela contribuirá ao debate que visa explicitar as desigualdades raciais que estão presentes na nossa sociedade, no entanto, procurando evidenciar como elas também estão presentes no ambiente do mercado de trabalho e como elas podem vir a afetar as chances profissionais de indivíduos negros.

O assunto escolhido para a construção da monografia também enriquece o campo científico, com maior destaque para o campo da Sociologia, porque visa compreender aspectos que fazem parte da nossa realidade social e que, de certa forma, moldam nossa sociedade desde sua construção. Outro ponto que corrobora para a importância desse tema ao ramo sociológico, está no fato que a discussão aqui proposta encontra refúgio nos estudos e debates das áreas como estratificação social e desigualdade social/racial, que compõem algumas das temáticas estudadas pela Sociologia.

2. Revisitando a história do Brasil pós-Abolição.

2.1. Integração do negro na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.

Segundo Yoshioka e Claret (2014), por conta de transformações econômicas ocorridas em âmbito global - podemos citar como exemplo a Revolução Industrial – as relações sociais, econômicas e políticas se modificaram e exigiram mudanças nas diversas sociedades do globo. Segundo os autores, através destas transformações tornou-se necessário a superação do paradigma mercadoria-escravo, ou seja, "a mercantilização do ser muda para a mercantilização da atividade do ser, ou melhor, de sua força de trabalho". (YOSHIOKA; CLARET, 2014, p. 2- 3) - Em parte, é por conta dessa reorientação de pensamento que o processo abolicionista eclode no Brasil.

Yoshioka e Claret (2014) apontam que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi conturbada, não só pelo fato da elite agrária da época demonstrar resistência ao desmonte do sistema escravista, mas principalmente porque não houve uma postura, por parte do Estado, de promover a inserção da população livre na sociedade em mudança. Florestan Fernandes (2008) também aponta esse mesmo fato na introdução do livro *A Integração do negro na sociedade de classes*, segundo o sociólogo paulista, a Abolição foi um processo totalmente despreparado no que tange à integração desse contingente de ex-escravizados na nova organização social.

"A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho." (FERNANDES, 2008, p. 29)

Ainda segundo Florestan, com o processo de Abolição, o negro que antes tinha sua mão de obra explorada a exaustão passa a ser um indivíduo que vai ficar à margem da nova conjuntura social. As camadas dominantes, como os latifundiários, perdem o interesse pela mão de obra negra e passam a investir em outros mecanismos como a adoção da mão de obra de trabalhadores nacionais brancos, mas principalmente, da mão de obra de trabalhadores imigrantes europeus.

Voltando-se ao debate sobre a Abolição em si, Andrews (1998) comenta que naquela época havia dois lados da moeda: enquanto os ex-escravizados comemoravam pela liberdade conquistada, os latifundiários viam com inquietação e desconforto as mudanças que viriam a acontecer frente ao desmonte do sistema escravocrata. Segundo o autor, o principal medo existente no imaginário dos senhores de terra consistia-se no "poder dos ex-escravos do Brasil para negociar com os fazendeiros como ambas as partes iriam viver e trabalhar juntas" (ANDREWS, 1998, p.84). Como bem coloca Andrews (1998), muitos dos latifundiários achavam impossível esse tipo de pensamento e por isso traziam uma carga de pessimismo frente a essa nova realidade, pessimismo esse que "era baseado na suposição de que os trabalhadores não trabalhariam, a menos que fossem obrigados." (ANDREWS, 1998, p.84).

Segundo o autor americano, por conta desse pessimismo e da recusa em internalizar essa nova realidade por parte dos senhores de terras, entre os anos de 1887 e 1888, instaurou-se um árduo

processo de negociação de condições entre libertos e ex-senhores. Ainda segundo o autor, esse exercício de negociação se estendeu de 1888 até meados da década de 1890, sendo essa última data citada o início dos primeiros sinais da imigração europeia pela qual o Brasil experimentou, principalmente o estado de São Paulo.

Andrews (1998) e Oliveira (2005) evidenciam em seus respectivos trabalhos esse processo de negociações entre ambas as partes, os autores também expõem a principal condição que os libertos exigiam no trabalho nas fazendas no período pós-Abolição.

"Embora inegavelmente importante, os salários parecem ter sido uma consideração quase secundária, colocada de lado pela questão mais premente das condições de trabalho. A principal preocupação dos libertos era colocar o máximo de distância possível entre eles próprios e sua antiga posição de escravos, e garantir que suas novas condições de emprego teriam a menor semelhança possível com sua antiga servidão." (ANDREWS, 1998, p.87)

"Neste momento de negociações, podemos considerar que os salários não se constituíam como exigência principal por parte dos libertos, seus anseios maiores giravam em torno de se afastarem o máximo possível da antiga condição de escravos. Por isso, muitos deles preferiram tentar um regime de trabalho baseado na agricultura de subsistência, ou de residir em locais longe das fazendas em que trabalhavam, outros ainda em mudar de fazendas, mas principalmente, preservar suas mulheres e crianças das duras condições de trabalho nas lavouras de café." (OLIVEIRA, 2005, p.25)

Para Oliveira (2005), após a Abolição muitos dos ex-escravizados retornaram para as fazendas em busca de trabalho, uma vez que a vida urbana não lhes dava tantas chances e as cidades urbanas ainda eram muito incipientes. No entanto, ao retornarem às fazendas, sendo agora homens e mulheres livres, esses ex-escravizados exigiam certas condições para que não fossem subjugados a trabalhos e tratamentos nos moldes da época escravocrata, como fora bem expressado nas citações feitas acima, porém essas condições nem sempre eram bem vistas e/ou aceitas por parte dos donos de terras.

Retomando Yoshioka e Claret (2014), mesmo que o Brasil tenha experimentado transformações de ordem econômica e tenha abolido o sistema escravocrata, o pensamento social brasileiro em referência ao indivíduo de cor permaneceu o mesmo. Segundo os autores, através da superação da contradição mercadoria-escravo, o trabalho passa a ser visto como algo dignificante na

sociedade e a mera inserção do indivíduo no mercado de trabalho concedia-lhe o status de cidadão, porém, haveria controvérsias, uma vez que o mesmo não se aplicava aos trabalhos exercidos pelos libertos.

"A integração do negro ao mercado de trabalho durante os primeiros anos após a Abolição, e obviamente durante a história, se deu de forma conflituosa. Os espaços de atuação da população negra foram sendo construídos e naturalizados a partir de mitos e de trabalhos científicos que se confrontavam com a questão do trabalhador livre." (YOSHIOKA; CLARET, 2014, p. 2-3)

Segundo Clóvis Moura (1988), diferentemente do que muitos intelectuais/sociólogos até então acreditavam, a parcela de negros que já haviam sido libertos antes e após a Abolição não integraram, de forma automatizada, as classes proletárias e camponesas como se assim imaginava. Segundo o autor, o preconceito racial² é uma característica marcante presente na passagem do trabalho escravo para o livre, e ao negro é estipulado a imagem do ser incapaz de trabalhar de forma assalariada.

"Durante todo o tempo em que o escravismo existiu o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividade. Toda essa força de trabalho escrava, relativamente diversificada, integrada e estruturada em um sistema de produção, desarticulou-se, portanto, com a decomposição do modo de produção escravista; ou se marginaliza, ou se deteriora de forma parcial ou absoluta com a morte de grande parte dos ex-escravos. Esses ourives, alfaiates, pedreiros, marceneiros, tabuleiros, metalúrgicos etc; ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, são por um processo de peneiramento constante e estrategicamente bem manipulado, considerados como mão-de-obra não-aproveitável e marginalizados." (MOURA, 1988, p. 68-69)

Para Souza (2019), não foi só a presença do preconceito racial, como aponta Clóvis Moura, o responsável pela marginalização dos libertos no mercado de trabalho, mas também outro fatores aqui já comentados como a falta de políticas públicas que promovessem e ajudassem na inserção dos ex-escravizados à ordem social vigente. Segundo Souza (2019), em citação ao trabalho de Monteiro (2012), a não promoção de inserção da população liberta por parte do Estado também

² "O preconceito racial diz respeito a opiniões e julgamentos sobre o outro que são pré-concebidos, podendo ser verbalizados ou não. Quando transitamos das percepções para o comportamento observável, passamos a falar, então, de discriminação racial." (JAIME, 2022, p. 95)

contribuiu para o estabelecimento de uma visão deturpada do negro no ideário da sociedade da época, atrelando aos negros o estereótipo de preguiçosos, malandros e vadios.

Yoshioka e Claret (2014) apontam outros fatores que corroboraram para a marginalização da população negra liberta no mercado de trabalho. Segundo os autores, a presença de teorias eugenistas na sociedade da época reforçaram o imaginário da inferioridade do negro, assim como a implantação da política de imigração europeia promoveu a desvalorização da sua mão de obra livre. Por conta desses entraves, a população negra ficou à margem do mercado de trabalho, permanecendo atrelada a ofícios que ou eram rejeitados pelos europeus imigrantes e/ou pela população branca brasileira.

2.2. Institucionalização do racismo científico na sociedade brasileira.

As teorias eugenistas caracterizam-se como mais um dos pilares responsáveis pela marginalização social da população de cor no pós-Abolição. Grande parte dessas teorias racistas, criadas por intelectuais europeus, atravessaram o Atlântico e chegaram de alguma forma até o Brasil, aqui essas teorias foram reinterpretadas e readequadas ao contexto brasileiro pelos próprios intelectuais nacionais e pela própria elite do país. Muito dessa propagação de ideias e de teorias advindas da Europa se deu, principalmente, a partir do momento que instituições como museus, escolas superiores e centros de pesquisa se instauraram no Brasil.

No livro *O Espetáculo das Raças*, Lilia Schwarcz toma como objeto a influência que o racismo científico teve na constituição das instituições de pesquisa e de ensino no Brasil, demonstrando que a formação intelectual brasileira foi marcada fortemente por um caráter racista. Segundo Schwarcz (1993), duas datas foram decisivas na construção intelectual de parte da sociedade brasileira: o ano de 1808 e 1822.

A partir do ano de 1808, começa a ganhar corpo uma elite intelectualizada, uma vez que museus, escolas e institutos de pesquisa são instituídos no país nesse período. No ano de 1822, esse processo se aprofunda e se amplia em razão da Independência, que impõem alguma diferenciação funcional de sistemas peritos capazes de administrar a recém fundada República.

Rocha (2010) retoma, com a ajuda de escritos de Lilia Schwarcz, a formação de algumas instituições de cultura como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, as faculdades de direito e as faculdades de medicina no Brasil. Falando primeiramente dos museus,

segundo Schwarcz (1993), é na Europa do século XVIII que estes começam a surgir, mas num primeiro momento esses locais só funcionam como espaços voltados à exposição de peças, tornando-se apenas no século XIX locais voltados à pesquisa e ao ensino. No Brasil, eles aparecem um pouco mais tarde, somente a partir do século XIX.

Em *O Espetáculo das Raças*, Schwarcz (1993) cita três dos mais antigos museus do Brasil: O Museu Nacional no Rio de Janeiro (1808), o Museu Paraense Emilio Goeldi (1866) e o Museu Paulista ou do Ipiranga (1894). Através da pesquisa da historiadora brasileira, é possível perceber que há alguns pontos comuns observáveis na história da formação e da fundação desses três museus, dentre eles estão: o fato de primeiramente estarem voltados para o estudo e publicação de artigos na área das Ciências Naturais - com destaque para a Botânica e Zoologia; a presença de intelectuais estrangeiros renomados no quadro interno de pesquisadores - dentre eles Paul Broca, Charles Darwin, Hermann von Ihering e Emilio Goeldi; e o fato de todos os museus possuíam suas próprias revistas científicas. Schwarcz (1993) também aponta que, destaque para o Museu Nacional e o Museu Paulista, também contavam com estudos na área da antropologia física, ramo da Antropologia que se constituía na época e que era "encarregada do estudo das raças humanas contando com a craniometria como um dos seus principais métodos empíricos." (SCHWARCZ, 1993, p. 74 apud ROCHA, 2010, p. 26)

Ainda no livro *O Espetáculo das Raças*, Schwarcz (1993) também comenta sobre a fundação de alguns institutos históricos e geográficos, dando destaque novamente a três: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838), Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (1862) e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP (1894). No caso desses institutos, as produções científicas estavam voltadas mais para áreas da História, Geografia e Geologia, mas segundo a autora também era possível encontrar produções no campo da Antropologia, mesmo que em número menor, que tinham em sua composição a presença do racismo científico. Coloco em destaque, citações que Schwarcz (1993) faz sobre uma publicação feita na revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB):

“Com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista, mas determinista no que se refere ao ‘potencial civilizatório dessa raça’: ‘os negros apresentam um exemplo de grupo incivilizável’, afirmava um artigo publicado em 1891; ‘as populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana’, ponderava um ensaio de 1884” (SCHWARCZ, 1993, p.11 apud ROCHA, 2010, p. 30 -31).

"A tese premiada por ocasião de um concurso realizado em 1844 também atacava ferozmente o papel da raça negra no desenvolvimento da sociedade brasileira. Embora anteveja uma redenção para o índio, dentro da perspectiva romântica indianista que prevalecia nas publicações do instituto, o autor naturalista alemão premiado no concurso não vê para o elemento negro nenhum futuro no Brasil em construção." (SCHWARCZ, 1993, p. 112 apud ROCHA, 2010, p. 30 -31).

Schwarcz também explora a propagação das teorias eugenistas nas áreas de estudo do Direito e da Medicina. No campo da Medicina, segundo Schwarcz, através da Medicina Legal houve uma prevalência do discurso eugenista que tomava como solução para o melhoramento racial da sociedade, uma miscigenação seletiva dos indivíduos. Quanto ao campo do Direito, a autora evidencia que é através do ensino da antropologia criminal que os juristas em formação obtiveram maior contato com as teorias eugenistas. Segundo Schwarcz (1993), a antropologia criminal defendia que "o indivíduo era "uma soma das características físicas de sua raça, o resultado da correlação com seu meio" (SCHWARTZ, 1993, p.166); e que a melhor maneira de uma sociedade atingir o patamar de 'civilizável' seria através da importação de raças compreendidas como superiores, ou seja, a raça branca.

"Os mestiços de raças antagonistas, pelo acúmulo de hereditariedade de raças diferentes são de natureza passional e instável. Pela sua natureza selvagem matam e pela civilização choram. Mas o nosso meio tem remorsos. É preciso que venham boas raças para que se evite o disparate do crime". (RAFDR, 1918:116 apud SCHWARCZ, 1993, p. 170).

Num esforço de síntese, o que a historiadora Lilia Schwarcz conclui a partir de seu estudo sobre as primeiras instituições científicas no Brasil, é que elas abrigaram e difundiram as ideias do racismo científico, tornando-o conteúdo formativo da elite intelectual que teve papel de direção ao início da segunda República.

Neste movimento de institucionalização das teorias eugenistas não só nos ambientes de ensino e pesquisa, mas principalmente no pensamento social, o que se observa é um resultado catastrófico para a população negra. Como consequência não só da institucionalização do racismo científico, como de outros fatores que ainda serão abordados nesta monografia, ocorre o engendramento de uma discriminação racial "generalizada", através do que podemos chamar de *racismo*

institucional.³ Ou seja, a discriminação direcionada à população negra passa a constituir como conteúdo normativo do sistema social, se fazendo presente em cada esfera, promovendo ainda mais o distanciamento e a diferenciação/inferiorização de indivíduos negros em relação aos demais indivíduos da sociedade brasileira.

2.3. Política de imigração e suas consequências.

2.3.1. Política de imigração: sobre seu início e como se estruturou.

Compondo o tripé desarticulador da integração do negro no período pós-Abolição, temos a política de imigração como mais um dos fatores responsáveis pela marginalização dos indivíduos de cor na nova organização societária.

Andrews (1998), aponta que antes mesmo da abolição da escravatura, promulgada em 1888, o imigrante europeu já fazia parte do contingente de trabalhadores livres, mesmo que em menor quantidade, que trabalhavam nas fazendas de café do estado de São Paulo. Segundo o autor, esse primeiro pequeno contingente de imigrantes teria chegado ao estado paulista através de primeiras tentativas tanto do governo imperial como da Assembleia da província de São Paulo em promover a imigração para o estado.

Rocha (2010), através de citações do livro de Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda Negra Medo Branco*, também expõe como a política de imigração foi ganhando forma e apoio no território brasileiro.

"A política imigratória teve seu início em meados do século XIX. Durante a década de 1840, um conjunto de imigrantes europeus foi contratado para trabalhar como parceiros em uma fazenda na província de São Paulo. Antes disso havia existido experiências esparsas com a fundação de colônias pelo governo geral, onde os colonos, geralmente suíços e alemães, produziam “gêneros de primeira necessidade” para cidades e vilas." (AZEVEDO, 1987. P. 60 apud ROCHA, 2010. P. 15)

³ “Michel Wieviorka (1998, p.27) aponta que esse conceito se refere a um “sistema generalizado de discriminações” que marcam o “funcionamento da sociedade”, constituindo uma “propriedade estrutural, inscrita em mecanismos rotineiros que asseguram a dominação e a inferiorização.” (JAIME, 2022, p.96)

Andrews (1998) também aponta que esse primeiro esforço de imigração não rendeu resultados tão animadores. Por parte dos fazendeiros, os mesmos se decepcionam com o fato de os imigrantes possuírem articulação política, principalmente quando eles se organizavam e faziam paralisações de trabalho e/ou rebeliões; já por parte dos imigrantes, o que se observou foram diversas denúncias, muitas vezes feitas aos governos de seus países de origem, de abusos laborais exercidos pelos fazendeiros.

À medida que a escravidão começa a dar seus sinais de esgotamento, os donos de terra que utilizavam-se da mão de obra escrava começam a se preocupar. Com a combinação de fatores como o racismo científico e a ideologia da vadiagem, esses senhores de terras não viam com otimismo a ideia de lidar com esse novo contingente de mão de obra livre que se tornava iminente e, a partir disso, começa a se pensar o incentivo à imigração de uma forma mais incisiva. Andrews (1998) cita algumas datas que evidenciam esse maior incentivo à importação de mão de obra europeia para o Brasil, dentre elas os anos de 1871, 1872, 1884 e 1886.

"Em 1871 e 1872, a Assembleia de São Paulo reservou fundos para subvencionar os custos dos fazendeiros que desejavam trazer imigrantes da Europa para trabalhar em suas fazendas. Os fazendeiros formaram a Associação Auxiliadora da Colonização, que fez um contrato para a vinda de 15 mil trabalhadores para a província, infelizmente, no término do contrato, em 1875, somente 480 haviam chegado. [...] Evidentemente, uma ação mais drástica era requerida, e em 1884 esta foi realizada pela Assembleia. Em março daquele ano, o governador da província reservou 400.000 mil réis para pagar os custos de viagem dos imigrantes que queriam se empregar na agricultura, quantia essa a ser recuperada através de novos impostos sobre os escravos. Dois anos mais tarde, por sugestão do governador da província e com o apoio de fundos do Estado, a Sociedade Promotora da Imigração, de cunho privado, foi estabelecida para coordenar a campanha de São Paulo para atrair trabalhadores europeus." (ANDREWS, 1998, p. 97)

No Brasil houve a formação de diversas associações em prol da imigração europeia, entre os exemplos citados por Rocha (2010) estão a Sociedade Internacional de Imigração fundada pelo deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos em 1866 e a Sociedade Central da Imigração fundada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1883. Essa última ainda contava com uma revista própria intitulada *A Imigração*, principal meio de comunicação da associação com a

sociedade brasileira e principal meio de difusão de textos defendendo a necessidade do imigrante para a composição da força de trabalho livre.

Segundo Andrews (1998), a partir das fugas maciças dos escravizados das fazendas, em 1887, a imigração europeia começou a apresentar números positivos e foi exatamente entre os anos de 1890 e 1914 que o número de imigrantes se tornou mais expressivo na sociedade paulista.

Através das transcrições de trechos do livro *Onda Negra Medo Branco*, feitos no trabalho de Rocha (2010), nos fica ainda mais evidente a preferência da classe política brasileira sobre quais indivíduos deveriam integrar o mercado de trabalho da época, tendo o racismo científico como pilar praticamente hegemônico da adoção da política de imigração.

Oliveira (2005) também discute sobre a desvalorização da mão de obra negra livre, causada pela política de imigração no Brasil. Segundo a autora, as políticas orientadas para se fazer vingar a imigração europeia para o nosso país vinham por conta do receio que os grandes cafeicultores tinham em relação à 'falta de mão de obra'. Porém, esse possível problema da falta de trabalhadores não passava de uma falácia, uma vez que "os libertos estavam dispostos a voltar ao trabalho nas fazendas, desde que fossem cumpridas suas exigências" (OLIVEIRA, 2005, p. 26).

O que se compreende desta situação é que a elite cafeicultora não tinha interesse em abrigar esse novo contingente de mão de obra livre e muito menos ceder às exigências que eram feitas, portanto, viram na implementação da política de imigração uma saída para o fim de seus problemas - a 'falta da mão de obra', assim como colocar em prática outros objetivos ocultos.

"Os estudos mais recentes como o de Andrews (1998) e Michael Hall (2004) mostram que a crise de mão-de-obra de fato não se concretizou e que o projeto da elite cafeicultora iria um pouco mais além do que abastecer o mercado de trabalho, pois era necessário "inundá-lo" de trabalhadores, baixando assim o custo de mão-de-obra e evitando-se cumprir exigências que não interessassem aos fazendeiros.

Neste momento histórico, era então atribuído ao imigrante europeu duas importantes expectativas: contribuir para a prosperidade econômica dos cafeicultores e para o progresso do país rumo à "civilização" através do "branqueamento"⁴ do mesmo." (OLIVEIRA, 2005, p. 26)

⁴ Aqui a ideia de branqueamento faz alusão ao desejo de eliminar o contingente populacional negro através da importação massiva de imigrantes brancos, melhor dizendo, fazer um processo de branqueamento do fenótipo da população brasileira. Na época, muito por conta das teorias eugenistas, havia uma preferência pela "raça branca", porque até então essa era entendida como a melhor, a mais evoluída. Logo, um Brasil com um contingente populacional primordialmente branco, seria entendido como a "sociedade que deu certo".

Com a vinda desses imigrantes, na sua maioria italianos, ao Brasil os mesmos foram realocados em empregos de melhores condições; já aos negros lhes foi atribuído cargos com menores remunerações ou então trabalhos informais, como bem coloca Oliveira (2005):

"[...] Nas fazendas, ocupando trabalhos sazonais, até mesmo diários, recebendo salários mais baixos que os imigrantes e nas cidades, ocupando funções variadas nos pequenos serviços como carregadores, limpadores de quintal, de veículos e principalmente, o trabalho doméstico exercido, em grande parte, pelas mulheres negras." (OLIVEIRA, 2005, p. 29)

Em seu trabalho *Estado e raça no Brasil: notas exploratórias*, Vainer (1990) evidencia que a vinda massiva de imigrantes brancos ao Brasil, orquestrada através da política de imigração, também trazia consigo outros desejos por parte da elite e do Estado que não só o auxílio na economia nacional.

“ À pergunta formulada - com quem formar a nacionalidade e o corpo de trabalhadores? - a resposta foi clara: com imigrantes. Nossa elite e seu Estado, pelo menos até os anos 50, recusaram-se a ver na população nativa uma base sólida para construir a nação, ocupar o território e conformar uma força de trabalho disciplinada e produtiva. O trabalhador nacional, categoria abrangente que incluía os ex-escravos e toda a massa daqueles que haviam sido os homens livres da ordem escravocrata, não representava matéria-prima adequada à etnogênese necessária e desejada.” (VAINER, 1990, p. 105)

Em citação a George Andrews, Rocha (2010) expõe que a partir da década de 1920 a política de imigração começa a dar seus sinais de esgotamento e, em consequência, no ano de 1927 essa política é encerrada de vez por parte do governo do estado de São Paulo. Para Andrews (1998), o programa se encerra principalmente pela questão da maturação frente a utilização da mão de obra estrangeira no cenário brasileiro, mas para o autor americano o desencantamento quanto ao trabalhador estrangeiro também pode ter sido um motivo para o fim do programa imigratório.

Segundo Andrews (1998), num primeiro momento, o imigrante advindo da Europa concorda com qualquer condição de trabalho uma vez que vê na vinda ao Brasil uma oportunidade de construir uma nova vida, porém, ao se estabelecer aqui esses imigrantes vão se organizar em prol

de melhores condições de trabalho, visto as formas abusivas pelas quais os mesmos passavam no trabalho no campo. Para o autor americano, no momento em que os imigrantes começam a se mostrar como uma ameaça ao controle social, o fervor presente anteriormente na política imigratória vai arrefecendo.

O estopim para o desmonte do programa imigratório foi a promulgação da Lei de Nacionalização do Trabalho, adotada a partir do regime Vargas no ano de 1931, que previa que "pelo menos dois terços da mão de obra na indústria e no comércio fosse composta por brasileiros natos." (ROCHA, 2010. P. 79). Como bem coloca Rocha (2010), mesmo com a promulgação desta lei não fora possível reverter as desigualdades vivenciadas pela população negra frente toda a exclusão pela qual a mesma passou durante os anos de vigência da política imigratória. Sem contar que na época da promulgação da lei, o Brasil já contava com uma parcela de filhos de imigrantes, considerados brasileiros natos, e que poderiam, portanto, integrar a parcela ordenada pela Lei de Nacionalização do Trabalho.

Após a leitura do trabalho de Vainer (1990), é necessário fazer um adendo sobre o fim da política de imigração vivenciada pelo Brasil. Através da leitura do trabalho desse autor, foi possível compreender que a política de imigração tomou dois propósitos: um propósito econômico, esse experimentado após o desmonte do sistema escravocrata e com o ideário de utilizar mão de obra estrangeira em relação à mão de obra negra para a composição do corpo de trabalhadores; e um propósito de povoamento e de construção de uma nacionalidade brasileira.

Através do trabalho de Vainer (1990), mesmo após a saturação da política imigratória no seu caráter econômico, a mesma continuou viva através da sua missão racial e/ou eugenista. Esse fato fica elucidado a partir de um pronunciamento de Getúlio Vargas, após instaurada a Revolução de 30, na Esplanada do Castelo em janeiro de 1930:

“Durante muitos anos, encaramos a imigração, exclusivamente, sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade.”
(NEIVA, 1942, p. 29 apud VAINER, 1990, p. 107)

Vainer (1990) deixa evidente em seu trabalho a constância da política de imigração no período Vargas, citando projetos de leis, decretos e outros aparatos legais que priorizavam e explicitavam o desejo, por parte da elite e Estado, de vinda de indivíduos brancos para integração na

sociedade. Entre exemplos claros desse caráter eugenista da política de imigração no período varguista está o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), criado em 1938 através do Decreto nº 406, que simbolizou o “ápice da trajetória seguida pela questão imigratória-racial dentro do aparelho estatal brasileiro” (VAINER, 1990, p.110). Logo abaixo, apresento algumas citações presentes no trabalho de Vainer, que evidenciam um pouco mais sobre o papel da CIC:

“No CIC temos, consolidada, sistematizada e explicitada, a política racial que desde o final do século XIX foi assumida por nosso Estado: a constituição da nacionalidade e a ocupação do território devem passar pela imigração e o consequente branqueamento da população.” (VAINER, 1990, p. 110)

“[...] Também nas atas das reuniões da CIC, nas suas resoluções e pareceres, aparecem evidências de que o Estado não esteve à margem, mas atuou, com os instrumentos de que dispunha, para implementar uma política inequivocamente racista.” (VAINER, 1990, p. 111)

A partir da discussão aqui apresentada, o que se conclui é que a população negra começa sua integração na sociedade através de ocupações mais subalternizadas e depois, com o fim do programa de imigração, vai passar por um momento de "proletarização tardia", termo utilizado por Carlos Hasenbalg.

2.3.2. Consequências da política de imigração.

Continuando o debate sobre o projeto imigratório ocorrido no Brasil, faz-se necessário abordar as consequências que essa política trouxe para a população de cor. Nessa seção, o debate será construído tomando como localidade principal a cidade de São Paulo, visto que a bibliografia utilizada para compor a discussão aborda diretamente o caso da cidade paulistana.

Em *A Integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes apresenta três pontos sobre a ordem social competitiva que foram peculiares à cidade de São Paulo, a expansão urbana de São Paulo não reproduziu o padrão típico das cidades brasileiras que floresceram em conexão com o progresso da civilização agrária; diferentemente às cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, em São Paulo os serviços associados ao artesanato urbano não proporcionaram

condições de ascensão econômica e social aos libertos e, terceiro, São Paulo constituiu-se como uma das cidades brasileiras menos adequadas à absorção do contingente negro recém liberto.

Explorando um pouco mais sobre esses pontos, Fernandes (2008) diz que a cidade de São Paulo só passa a integrar a economia de exportação muito tardiamente se comparada a outras cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Essa inclusão na economia de exportação pela cidade paulista só acontece quando o sistema escravocrata começa a dar seus alertas de esgotamento.

"[...] Só no último quartel do século XIX a cidade participa de fluxos de prosperidade econômica suscetíveis de diferenciar o rústico estilo de vida imperante. Por isso, até essa época permaneceu acanhada e pouco diferenciada a esfera de serviços e de trabalhos livres, a que estava propensa a sociedade escravocrata brasileira." (FERNANDES, 2008, p. 32-33)

Em decorrência dessa realidade, diferentemente das outras cidades já citadas, São Paulo não ofereceu aos libertos ofertas de trabalho que pudessem inseri-los na nova ordem social competitiva que se formou após a Abolição. Quanto a questão do isolamento dos recém libertos aos serviços associados ao artesanato urbano na cidade paulista, Florestan comenta o seguinte:

"Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminando para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais" (FERNANDES, 2008, p. 33-34)

Frente ao exposto por Florestan Fernandes, o que se compreende é mais uma vez a ideia de que a população de cor foi praticamente abandonada, deixada de lado na inclusão da nova dinâmica social que se estabelecia. Uma vez que não foi inserida nesse contexto, esses indivíduos libertos tiveram que caminhar com suas próprias pernas, sem amparo algum, para que pudessem sobreviver na nova ordem societária.

Ainda em *A Integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes aborda sobre o contingente populacional da cidade de São Paulo. Segundo o autor, com a expansão urbana do estado paulista tendo sido experimentada muito por conta do surto da lavoura cafeeira, a cidade

de São Paulo cresceu como uma cidade estrangeira. Na seguinte passagem de seu livro, ele expressa bem essa realidade:

"Os dados demográficos pertinentes ao começo do século XIX revelam que o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local. A situação demográfica se alterou de tal modo, no último quartel desse século, que o elemento negro e mulato entrava em 37% (censo de 1872) e 21,5% (censo de 1886) da população global da cidade, enquanto os "estrangeiros" passam de 922 indivíduos (ou 3%) em 1854, para 12.085 indivíduos (ou 25%), em 1886. Nessa data, portanto, os imigrantes radicados na cidade excediam em 1.870 indivíduos (ou seja, em 3,9%) a parcela da população consignada no censo como "preta" e parda!" (FERNANDES, 2008, p.36-37)

Fernandes (2008) também comenta que visto o grande contingente populacional em São Paulo, na cidade paulista é possível perceber a distribuição dos diferentes indivíduos nos diferentes bairros urbanos. Na apresentação que Fernandes (2008) faz dessa distribuição populacional, o que se percebe é que na cidade de São Paulo, os bairros vão se caracterizando como bairros majoritariamente brancos, estrangeiros e/ou pretos.

Ainda segundo Florestan Fernandes, muito por conta desse grande contingente populacional, atrelado à falta de políticas públicas que orientassem a inclusão da população de cor na sociedade paulista, os negros e os mulatos ficaram à margem dos postos de trabalho em São Paulo diferentemente do imigrante que "trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder." (FERNANDES, 2008, p. 42)

Florestan Fernandes, em *A Integração do negro na sociedade de classes*, chega a abordar em um dos capítulos do livro o porquê de grande parte dos negros terem tido o fascínio pela vida na cidade. Segundo o autor paulista, as cidades eram interpretadas por esses indivíduos como centros de atividade em que haviam outras formas de se viver e trabalhar, o que se diferenciava totalmente da realidade vivenciada no período escravocrata; sem contar que foram nas cidades, como exemplo dos centros urbanos de São Paulo, que se constituíram os primeiros pensamentos e atos que começavam a repensar a escravidão e, conseqüentemente, o fim da mesma. Porém, se os negros tinham esperança de que a vida na cidade seria positiva, a realidade se mostrou contrária.

"A participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como "agente" ou como "beneficiário", do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do elemento negro o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da "urbanização", da "mobilidade social" e da "secularização da cultura". (FERNANDES, 2008, p. 86-87)

George Andrews, em seu livro *Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988)*, também aborda a distribuição e a competição entre brancos e negros no mercado de trabalho no pós-Abolição e no período de vigência da política de imigração. O autor americano deixa evidente a realidade de competição por postos que existia tanto no meio rural como urbano.

Tomando o ambiente rural, Andrews (1998) expõe que a grande maioria dos trabalhadores europeus foram alocados em fazendas localizadas nas áreas mais prósperas do estado de São Paulo e também ocupavam os postos de serviço mais desejáveis destas regiões. Já no caso dos trabalhadores negros ou caboclos, esses ou se realocaram em regiões menos favorecidas ou ocuparam os postos menos desejáveis nas fazendas mais renomadas ou então realizavam trabalhos sazonais.

Tomando o ambiente urbano, Andrews (1998) evidencia que a situação não era muito diferente da observada no campo. Segundo o autor americano, no censo realizado em 1893, os trabalhadores europeus estavam muito bem representados em ofícios do comércio (72%), trabalhadores de fábrica (79%), trabalhadores do setor de transporte (81%) e artesãos (86%) na cidade de São Paulo. George Andrews confirma a ideia apresentada por Florestan Fernandes de que, na cidade de São Paulo, os negros foram praticamente extintos de serviços associados ao artesanato urbano e conclui que os mesmos estavam mais representados em ofícios ligados ao serviço doméstico ou então aos serviços do setor informal.

Para Rocha (2010), a política de imigração não foi responsável somente por promover a exclusão do negro à integração na sociedade, principalmente no campo econômico, através dessa política houve também um processo de *descapitalização global intergeracional* da população negra. Ou seja, na visão do autor, essa descapitalização não afetou apenas o indivíduo negro em si, mas grande parte dos demais indivíduos que compunham a sua família. O autor também explica que

esse processo de descapitalização é *global*, uma vez que englobou vários capitais os quais a população negra não teve acesso ou dificuldade de construir.

O primeiro capital que o autor faz referência é o *capital econômico*:

"Primeiramente o capital econômico, especialmente o capital econômico estável. Estando mais relegado às piores posições (incluindo o trabalho temporário e informal) ou ao desemprego, o negro contava com rendimentos não apenas escassos como também instáveis para produzir e reproduzir não apenas sua vida individual, mas a sua vida familiar. A unidade mais importante de solidariedade era assim fragilizada pela instabilidade, quer dizer, pela incerteza e insegurança quanto ao sustento e pela baixa capacidade de investimento no futuro dos filhos." (ROCHA, 2010. P. 60)

O segundo capital o qual a população negra não teve acesso, diz respeito ao *capital cultural*:

"Contando com pouca capacidade de investimento e abandonados pela negligência republicana quanto à massificação de um ensino público, permaneceu difícil para a população negra a aquisição de capital cultural escolar. Além do capital cultural escolar, a população negra também foi alijada das oportunidades da aquisição de um capital cultural profissional intra-fábricas." (ROCHA, 2010. P. 60)

Referindo-se à importância do trabalho nas fábricas, Andrews (1998) evidencia que boa parte das qualificações profissionais adquiridas pelos profissionais empregados na primeira metade do século XX eram alcançadas através do trabalho fabril, ou seja, "nesse sentido, o trabalho qualificado era também trabalho qualificador." (ROCHA, 2010. P. 60). Ao não conseguir adquirir tanto o *capital econômico* como o *capital cultural*, em consequência os negros também acabam por não conseguir construir relações com outros indivíduos, ou seja, não conseguem compor uma teia essencial para adquirir o *capital social*.

"Todo esse processo possui também a dimensão da perda, ou da não-aquisição de "capital social" ou, para dizer de modo mais preciso, de uma rede de solidariedades economicamente útil. Muitas ocupações eram ocupadas (pressuposta a qualificação necessária ou a possibilidade de adquiri-la em tempo hábil) mediante a mobilização dessas solidariedades, especialmente aquelas de cargos que exigem confiança pessoal, como muitos do setor administrativo." (ROCHA, 2010. P. 61)

Voltando à discussão sobre o trabalho industrial e a participação da população de cor nesse setor, Andrews (1998) expõe que entre os primeiros anos após a Abolição e a institucionalização da Primeira República, o Brasil era um país majoritariamente agrário. No censo industrial efetuado no ano de 1907, o país contava com menos de 3.000 empresas industriais, porém desse ano em diante o país passou por um *boom* na quantidade de indústrias chegando a marca de sétima maior produção industrial do mundo no ano de 1980, tendo São Paulo como o estado vanguarda desse processo de industrialização.

Devido à esse cenário, George Andrews se pergunta quais teriam sido os efeitos que essa expansão industrial teria promovido nas relações raciais no estado paulista e a resposta encontrada pelo autor reside no fato de que a industrialização, e concomitantemente a urbanização ocorrida como o *boom* industrial, promoveu oportunidades diferentes para brancos e negros. No caso dos afro-brasileiros, os mesmos também tiveram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho fabril e isso muito por conta da ideologia da incapacidade do negro de trabalhar num setor disciplinado.

Florestan Fernandes trabalha, em *A Integração do negro na sociedade de classes*, a questão do processo de industrialização vivenciado pelo estado de São Paulo. O autor paulista expõe que a partir da transição da grande lavoura para a economia capitalista, duas categorias sociais vão sair em vantagem quanto a questão de se beneficiarem dos benefícios econômicos, sociais e políticos que a industrialização proporcionou: os capitalistas donos das empresas e os operários que conseguiam dinheiro a partir da venda da sua mão de obra e força de trabalho. Fernandes (2008) salienta que mesmo que os indivíduos nacionais tenham feito parte desses dois grupos sociais, os indivíduos nacionais negros ou mulatos não compartilharam dessa realidade em grande escala.

"Poucos conseguiram se classificar como "operários", seja porque se temia a sua falta de preparo técnico, seja porque se valorizava preferencialmente o "trabalho estrangeiro", seja enfim porque os próprios "negros" e "mulatos" se retraíram, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho que lhes eram mais acessíveis. O fato de a urbanização e a industrialização se darem, em grande parte, como consequência da imigração, concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional." (FERNANDES, 2008, p.163)

Segundo Florestan Fernandes, as posições que estavam mais acima ou no intermédio da hierarquização social estavam "reservadas" ou a indivíduos das classes dominantes ou a estrangeiros e seus descendentes. Conclui-se que enquanto esses outros indivíduos viviam uma vida inserida numa ordem capitalista, os indivíduos negros e mulatos viviam uma vida rústica e pré-capitalista. Quanto aos seus cargos em trabalhos fabris, Fernandes (2008) expõe que esses indivíduos de cor muitas vezes eram contratados para exercer trabalhos que os estrangeiros não exerciam, destaque para trabalhos pesados ou então que eram prejudiciais à saúde.

Mesmo que em alguns trechos desta monografia demonstrem uma consonância em achados de Fernandes e Andrews, é preciso explicitar que ambos os autores não possuem uma mesma interpretação sobre as relações raciais no Brasil.

Segundo Florestan, a escravidão deixou marcas profundas e que tiveram um peso maior para o negro, deixando os indivíduos negros numa desvantagem intelectual, moral, social e econômica e esses aspectos sendo piorados pela ausência de condições necessárias para a integração do negro na sociedade, ou seja, o negro não estava preparado social e psicologicamente para a nova ordem societária. Como bem coloca Aguiar (2008), “para Fernandes (1971), a integração econômica e domínio das técnicas sociais de uma sociedade de classes por parte dos negros levaria à erosão do legado de nossas relações raciais de matriz escravista” (AGUIAR, 2008, p. 119), ou seja, através do desenvolvimento econômico poderia se superar as questões da desigualdade presentes na época.

Tese que não é apoiada por Andrews, uma vez que para o mesmo “o capitalismo, ao invés de abolir as categorias raciais ou de etnicidade, na verdade tende a reforçá-las” (AGUIAR, 2008, p. 119). O autor americano também tece críticas à visão de Florestan Fernandes sobre o fato do negro ser o único indivíduo a apresentar questões de anomalia e/ou patologias sociais, numa das secções presentes no capítulo terceiro de seu livro *Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988)*, Andrews expõe essas críticas voltadas à tese de Florestan e expõe que aspectos como pobreza e crime também se faziam presentes na vida de brancos nacionais e brancos imigrantes. Num esforço de síntese, o que Andrews advogava era que

“[...] A dificuldade de inserção do negro no mercado de trabalho não se devia à falta de um horizonte cultural adaptado à sociedade inclusiva, mas sim à política de estado que

favoreceu a mão-de-obra imigrante e inviabilizou uma posição de negociação dos afrobrasileiros.” (AGUIAR, 2008, p. 120)

Mas há quem diga que antes mesmo da política de imigração e da Abolição, a população negra já sofria com a discriminação na situação ocupacional. Segundo Clóvis Moura (1988), à medida que a sociedade ainda escravista se modificava e se urbanizava, a divisão do trabalho também sofria mudanças e com isso havia mais conflitos sobre a questão da mão de obra e sobre quais indivíduos dominariam cada setor econômico/ocupacional. O autor aponta que ainda na escravidão circulava-se uma ideologia sobre a mão de obra e o trabalho exercido pelos escravos e/ou negros libertos; de acordo com a ideologia, esses indivíduos não deveriam se integrar ao mercado de trabalho e concomitantemente, sua mão de obra seria eternamente desqualificada.

Clóvis Moura (1988) também advoga que em determinado momento histórico e econômico do Brasil, houve uma coexistência entre divisão social e racial do trabalho. Ou seja, através de ideologias e de aparatos repressivos, fora determinado o que era serviço de branco e serviço de preto e em quais setores cada indivíduo deveria trabalhar: brancos (trabalho qualificado, intelectual, nobre); negros e seus descendentes (trabalho desqualificado, braçal, sujo e mal remunerado) isso tanto no período escravocrata como na pós-Abolição. Para o autor, pelo fato do Brasil não ter passado por um processo de democratização sério das relações sociais, e principalmente raciais, muito dessa divisão do trabalho e do imobilismo social perante a população negra se perpetua na sociedade até hoje.

Em um dos capítulos do livro *O negro no mundo dos ricos*, Rocha (2020) procura compreender como a desigualdade racial se apresenta entre brancos e negros distribuídos entre os diversos níveis de renda, levando em conta aspectos como a discriminação racial e a escolaridade desses indivíduos. Segundo o autor, entre a literatura e trabalhos base que procuram explicar as desigualdades raciais no Brasil, existem duas suposições de como a dinamização econômica e o avanço da ordem competitiva poderiam vir a impactar a discriminação racial no país.

“De um lado, há a hipótese de que, com o avanço do individualismo e da ideologia do desempenho meritocrático, a discriminação por atributos adscritos perderia força. De outro lado, argumenta-se que o acirramento da competição estaria intensificando as práticas discriminatórias.” (ROCHA, 2020, p.76)

Através da adoção de um método de regressão e de decomposição JMP como metodologia, o que Rocha (2020) procura compreender é, por um lado, qual a parcela que as diferenças de características individuais entre brancos e negros implicam na desigualdade racial e, por outro lado, qual a parcela dessa desigualdade na verdade está atrelada ao fato do mercado de trabalho ser um ambiente discriminatório, por não corresponder da forma igualitária às características individuais de brancos e negros. Os resultados alcançados pelo autor vão ao encontro da segunda hipótese existente dentre a literatura sobre desigualdade racial, na qual preconiza que a partir do dinamismo econômico e do avanço da ordem competitiva, há uma intensificação da desigualdade racial.

Rocha (2010) também observa outros pontos importantes: certa elevação da desigualdade racial no decorrer da distribuição de renda que é explicada predominantemente por conta de diferenças observáveis, no caso, a desigualdade educacional entre os dois grupos raciais em análise; os negros sofrem mais com a desigualdade quanto mais elevada a sua posição no decorrer da distribuição de renda e presença de barreiras raciais na ordem competitiva que resultam na acomodação das relações raciais em posições de classe. Logo, os achados de Rocha vão ao encontro do que Clóvis Moura até então indicava, ou seja, alguns dos aspectos instaurados pelo período colonial e escravocrata vivenciado pelo Brasil ainda ressoam na nossa atual sociedade e, infelizmente, ainda moldam trajetórias desiguais para brasileiros brancos e negros.

3. Metodologia.

A presente monografia busca propor uma discussão sobre a desigualdade ocupacional de pessoas negras no mercado de trabalho brasileiro. E a fim de compor um debate minucioso sobre o tema proposto para a investigação, a monografia contará com a utilização de uma metodologia quali-quantitativa no intuito de investigar com afinco o tema escolhido para compor o trabalho.

Quanto à utilização de métodos qualitativos, esse faz referência à primeira ideia tomada para a construção da monografia, ou seja, revisitar o assunto sobre a inserção dos negros na sociedade e concomitantemente no mercado de trabalho brasileiro pós-Abolição. Para isso, se fará necessário uma revisão da bibliografia histórica e sociológica clássica que aborde o assunto em questão para que seja possível fazer uma reconstrução dos cenários da sociedade brasileira do século XIX e

século XX, respectivamente. Entre as referências bibliográficas clássicas mobilizadas para compor esse debate, elenco três das obras que serão utilizadas como peças chave e que contribuirão fortemente para o debate: primeiramente o livro “O Espetáculo das Raças” de Lilia Schwarcz, no qual a autora faz a reconstrução do papel do racismo científico no Brasil recém pós-escravista; em seguida o livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” de Florestan Fernandes e por fim, mas não menos importante, o livro “Negros e Brancos em São Paulo” de George Andrews. Os dois últimos livros citados possuem o mesmo tema de discussão, ou seja, a interpretação de seus autores sobre a inserção do negro no mercado de trabalho após a Abolição.

Quanto à utilização de métodos quantitativos, esse será utilizado para compor a segunda parte do debate proposto pela monografia, no caso, observar a situação ocupacional de pessoas negras no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo e apontar quais são os entraves sociais que operam dificultando a ascensão ocupacional de indivíduos negros a cargos de trabalho mais prestigiosos. Para investigar esse cenário, a metodologia que melhor contribuirá para a investigação do tema é a revisão sistemática da produção empírica mais recente que se tem a respeito do tema escolhido. Ao escolher essa metodologia, a ideia central é fazer uma organização dos dados e/ou das discussões, já feitas anteriormente, que abordam a situação do negro no mercado de trabalho brasileiro e a partir disso ter um panorama de como a desigualdade ocupacional se manifesta dentro do recorte temporal estipulado para o estudo, produções científicas escritas e publicadas entre os anos de 2010 a 2021.

Na busca por trabalhos que já utilizaram essa metodologia antes, o texto intitulado “Relações raciais no Brasil contemporâneo” de Campos e Gomes (2016) foi encontrado como exemplo. O artigo foi um esforço primário que os autores tiveram para depois compor uma pesquisa maior sobre o tema, mas o artigo teve como objetivo maior discutir a produção existente no campo das Ciências Sociais sobre a temática das relações raciais. Levando em conta artigos publicados nas principais revistas acadêmicas do cenário nacional, os autores tomaram como tarefa a investigação de como e quanto o tema das relações raciais foi trabalhado dentre os trabalhos publicados entre os anos de 1994 e 2013.

O artigo é rico de informações e há a presença de diversos gráficos que mostram os resultados obtidos pelos autores frente ao tema de investigação. Entre algumas das conclusões encontradas por Campos e Gomes (2016) estão: frente a crescente politização da questão racial, muito por

conta dos debates sobre ações afirmativas no âmbito governamental, os estudos voltados às relações raciais sofreram transformações dentro do recorte temporal estipulado; dentro dos vinte anos observados, há uma crescente pluralização de temas dentro do campo racial, ou seja, “deixa de se concentrar em estudos sobre expressões culturais, de um lado, e estratificações socioeconômicas, de outro, para dar atenção equivalente a outros temas como a intersecção entre raça e gênero, os movimentos sociais, as relações internacionais etc.” (CAMPOS E GOMES, 2016, p. 110); os ensaios bibliográficos continuam como formato predominante de execução do trabalho, mas também há uma crescente frente ao formato de pesquisas teóricas e empíricas; entre outras conclusões.

3.1. Revisão Sistemática: resultados.

Para a execução da revisão sistemática proposta neste trabalho, alguns parâmetros foram levados em conta. Primeiramente, o recorte temporal levado em conta foi de produções publicadas entre os anos de 2010 a 2021, que abordassem a desigualdade racial no mercado de trabalho e que abordassem o assunto através de uma metodologia, de preferência, quantitativa.

Para a busca dessas produções, os sites como Scielo e Google Acadêmico foram as principais plataformas de busca utilizados. Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados a partir da metodologia escolhida para compor esta monografia, e saliento desde já que os resultados numéricos apresentados tanto nas tabelas como nos gráficos montados são de caráter absoluto, ou seja, não é levado em conta a representação em porcentagem desses números em relação ao total.

Ao fim do processo de busca de bibliografias, foram encontradas 52 produções científicas que levassem em conta a temática racial e dentre essas produções encontradas, 10 foram encontradas no Scielo e 42 no Google Acadêmico. Logo abaixo, está a lista com os nomes dos 92 autores distribuídos entre as 52 produções mobilizadas:

Tabela 1 - Nome dos autores(as) e a quantidade de vezes que apareceu como autor(a) das produções científicas coletadas.

Nome dos autores	Número de vezes que apareceu como autor de alguma das produções coletadas
Adauto Aprígio dos Santos Junior	1
Alan Konzgen Zibetti	1
Alexandre Gori Maia	1
<i>Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa</i>	2
Andrea Rodrigues Ferro	1
Angela Maria Carneiro Araújo	1
Antônio Cláudio Lopes de Faria	1
Bárbara Hilário de Souza Valverde Castilho	1
Bruno Galete Caetano de Paula	1
Carlos Antonio Costa Ribeiro	1
Carlos Enrique Carrasco-Gutierrez	1
Carlos Salas Páez	1
Carlos Vinícius Santos Reis	1
Celso Machado Júnior	1
Cristiéle de Almeida Vieira	1
Daielly Melina Nassif Mantovani	1
Daniel Barboza Guimarães	1
Daniel de Abreu Pereira Uhr	1
Daniel Tomaz de Sousa	1
Daniela Verzola Vaz	1
Darcilene Claudio Gomes	1
Darcy Ramos da Silva Neto	1

<i>Davi Winder Catelan</i>	3
Débora Chaves Meireles	1
Edward Martins Costa	1
Emerson Ferreira Rocha	1
Evandro Camargos Teixeira	1
Fábio Tatei	1
Fernando Cavalheiro Krauzer	1
Flávia Costa Jorge	1
Flavio Carvalhaes	1
Flávio Kaue Fiuza de Moura	1
Francisco Eduardo de Oliveira Cunha	1
Francismeire Neves da Silva	1
Giuliano Tavares do Nascimento	1
Guilherme Silva Araújo	1
Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes	1
<i>Gustavo Saraiva Frio</i>	2
Isabela Fernandes Matos Lima	1
Ivan Pereira Gomes	1
Jackson William Rosalino	1
<i>Joana Simões Costa</i>	2
<i>Jordão Horta Nunes</i>	2
Jorge Luiz Mariano da Silva	1
José Eduardo Roselino	1
José Flávio Messias	1
José Guilherme de Farias Santos	1

<i>Josimar Gonçalves de Jesus</i>	2
Júlia Gallego Ziero Uhr	1
Júlya Souza Pontes Alvernaz	1
Kalinca Leia Becker	1
*Katy Maia	4
Kecia Cristina Miranda da Silva	1
Leila Luiza Gonzaga	1
Leonardo Souza Silveira	1
Lucas Adriano Silva	1
Luiz Felipe Campos Fontes	1
<i>Magno Rogério Gomes</i>	2
Marcelo Weishaupt Proni	1
Marcia de Paula Leite	1
<i>Marcos Hecksher</i>	2
Marcos Roberto Vasconcelos	1
Marcus André Alves Zimmermann Vieira	1
Marcus Vinícius Spolle	1
Maria Cristina Cacciamali	1
Maria Karoline Fonseca Santana	1
Maria Rosa Lombardi	1
Marielly Viana da Costa	1
Marina Silva da Cunha	1
<i>Matheus Demambre Bacchi</i>	3
<i>Maylisson Rodrigo Fonseca</i>	3
Natália Augusto	1

Natália Leão Siqueira	1
<i>Neville Julio de Vilasboas e Santos</i>	2
Paulo Mendes de Almeida	1
Pedro Caldas Chadarevian	1
Pedro Ferreira de Souza	1
Philip Barbosa Stegmann	1
Priscila Akimi Hayashi	1
Renato José da Silva	1
Ricardo Nunes de Oliveira	1
Roberto Bazanini	1
Rodrigo Monteiro da Silva	1
Rony Ramos Cavalcanti da Silva	1
Rosana Aparecida Ribeiro	1
<i>Solange de Cassia Inforzato de Souza</i>	2
Thainá Oliveira Santana	1
Thiago Limoeiro Ricarte	1
Vitor Gabriel Oliveira dos Santos	1
Waldir José de Quadros	1
Wallace da Silva de Almeida	1
Wendell Gomes da Rocha	1

* Autora que mais teve seu nome vinculado dentre as produções coletadas.

Percebe-se que dentre os 92 autores, 13 deles aparecem mais de uma vez como autores das produções coletadas dentro do recorte temporal, mas o devido destaque está para a autora Katy Maia que aparece na lista quatro vezes. Grande parte dessa repetição de autores dentre as produções coletadas é explicada pelo simples fato da execução de trabalhos científicos de

coautoria, em que intelectuais que estudam a mesma temática se juntam para compor um único debate e/ou trabalho.

Gráfico 1 - Gênero dos autores das produções coletadas.

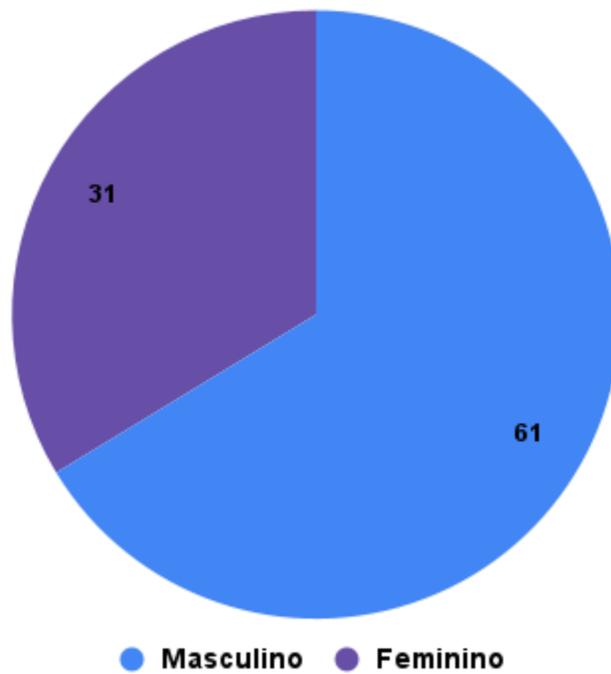
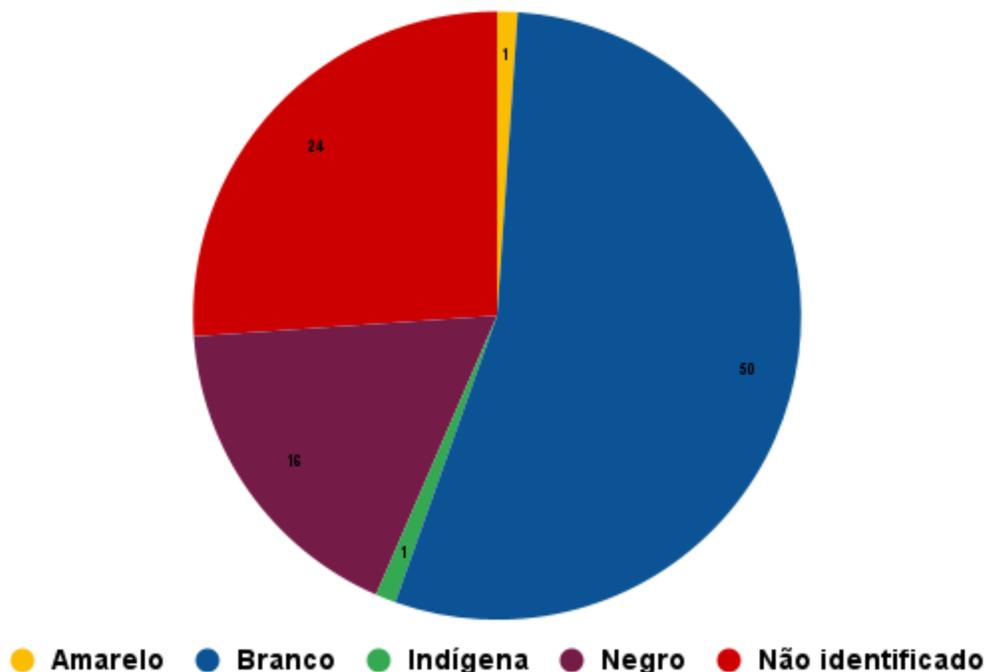


Gráfico 2 - Declaração étnico-racial dos autores das produções coletadas.



Dentre os autores, temos uma predominância de autores homens (61) do que autoras mulheres (31), o mesmo é observável no quesito cor/raça, uma vez que brancos são maioria (50) do que negros (16), amarelos (1) e indígenas (1). Inclusive, sobre a identificação étnico-racial, o que se percebeu durante a revisão sistemática foi uma alta proporção de autores em que não foi possível a sua identificação de cor/raça (24), e isso pode ser explicado ou porque não havia foto disponível em seu Currículo Lattes ou porque não tinham currículos registrados em outros sites na internet que disponibilizassem fotos para identificação.

Sobre o achado de que a maioria dos autores que escrevem sobre a temática racial são brancos, isso pode ser explicado a partir da mobilização do conceito de branquitude.

“A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.”
(SCHUCMAN, 2020, p.56)

Ou seja, através de processos históricos nos quais foi possível a construção de uma divisão e hierarquização dos diversos indivíduos, priorizando como padrão as características físicas, mentais, intelectuais, morais dos indivíduos brancos, estes construíram ou tiveram acesso livre à espaços de privilégio que são difíceis de alcançar para outros sujeitos fora deste padrão estipulado. Atrelada a esta explicação, podemos trazer à tona a ideia de Clóvis Moura (1988), da existência de uma divisão social e racial do trabalho na qual normaliza o local do branco e do negro nas diversas ocupações - indivíduos brancos em trabalhos qualificados, trabalho intelectual para elucidar melhor os achados da revisão sistemática, e indivíduos negros em trabalhos menos qualificados.

Através da revisão sistemática também foi possível verificar as filiações institucionais dos autores, e na lista abaixo é possível ver de quais instituições esses autores faziam parte quando escreveram as produções.

Tabela 2 - Nome das instituições e a quantidade de autores filiados com base nas produções científicas coletadas.

Nome e sigla da instituição	Número de autores filiados
Associação Latino Americana de Estudos do Trabalho (ALAST)	1
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)	1
Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM)	3
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de São Paulo (DIEESE/SP)	1
Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)	2
Faculdade ENIAC	1
Fundação Carlos Chagas (FCC)	1
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	1
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP)	1
Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)	1

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	2
Universidade Católica de Brasília (UCB)	3
Universidade de Brasília (UnB)	3
*Universidade de São Paulo (USP)	8
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	2
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	5
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	4
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	5
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	3
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	4
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	3
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	4
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	2
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	3
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	3
Universidade Federal do Ceará (UFC)	3
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	4

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	1
Universidade Paulista (UNIP)	1

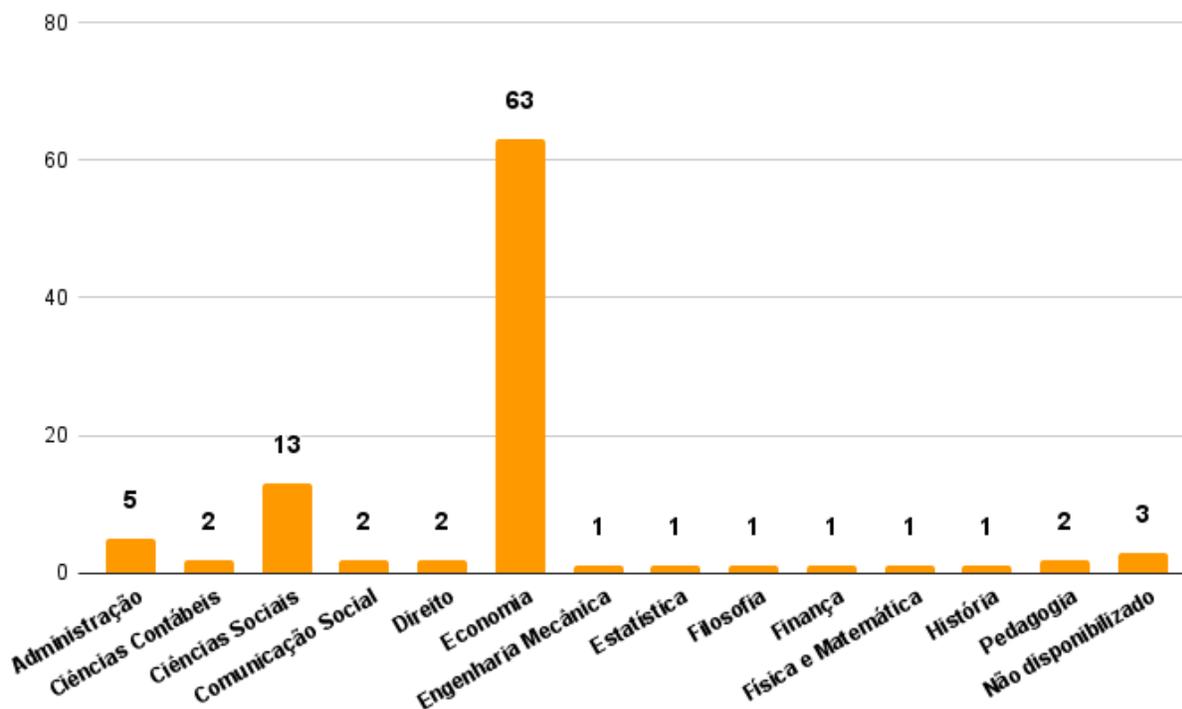
Obs: Na tabela, consta 93 ao invés de 92 autores, isso ocorreu pelo fato de um autor ter filiações institucionais diferentes dentro do recorte temporal estipulado nesta monografia

*Instituição que teve mais autores filiados dentro do recorte temporal estipulado.

Através da tabela se percebeu que dentre as instituições citadas, a Universidade de São Paulo [(USP) foi a que mais apresentou autores filiados [8] dentro do recorte temporal utilizado, seguido da Universidade Estadual de Maringá (UEM) [5] e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) [5], empatadas. O fato da Universidade de São Paulo (USP) ter se apresentado como a instituição que contabilizou o maior número de autores filiados falando sobre a temática racial não causa grande surpresas, uma vez que essa instituição de ensino foi uma das pioneiras nos estudos sobre os aspectos da sociedade brasileira e concomitantemente os estudos raciais, além de ter contado com intelectuais renomados no seu quadro de professores - destaque para Florestan Fernandes, referenciado nesta monografia.

Pontuando sobre as áreas de graduação dos autores, o que se verificou foi que a área de graduação mais predominante é a de Economia (63), seguido de Ciências Sociais (13) e Administração (5). Ou seja, a área da Economia se destaca como a área científica que mais aborda e/ou trabalha com a temática racial no campo intelectual.

Gráfico 3 - Área de graduação dos autores das produções coletadas.



Também foi possível perceber que alguns autores apresentam dupla graduação, ou seja, são formados em duas áreas de estudo, destaque para Marcus Vinícius Spolle, Wallace da Silva de Almeida, Roberto Bazanini, Joana Simões Costa, Marcos Hecksher e Rodrigo Monteiro da Silva. Outro ponto observado através da revisão sistemática está no fato de os autores apresentarem ou não o nível de doutorado. Nos gráficos abaixo é possível verificar quantos autores de fato possuem esse nível educacional e quantos deles trazem em suas teses de doutorado a temática racial.

Gráfico 4 - Quantidade de autores que possuem o nível de doutorado.

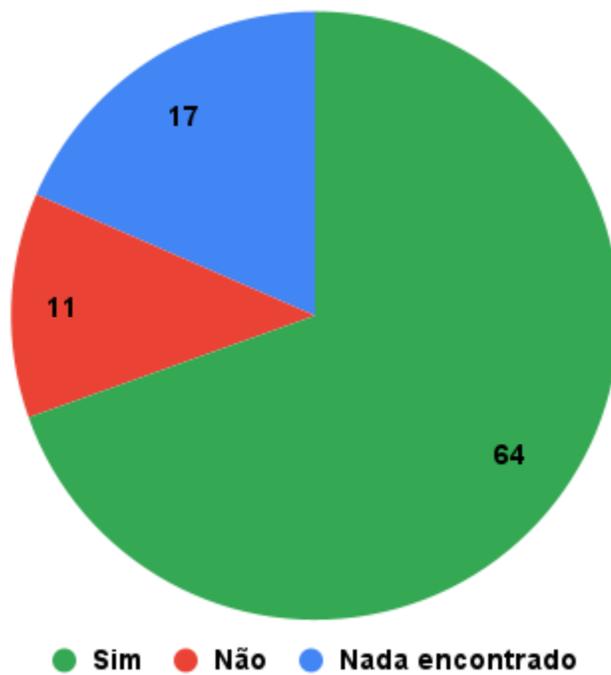
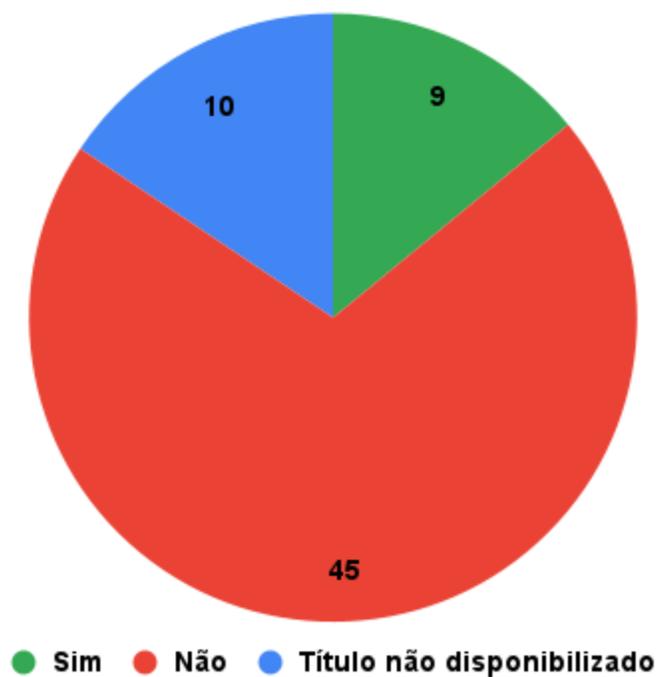


Gráfico 5 - Quantidade de autores que possuem o nível de doutorado com a temática racial.



Voltando-se para características das produções coletadas, nos gráficos e tabela abaixo é possível verificar qual foi a base de dados, o método de análise e o método de publicação mais utilizados na elaboração das produções científicas.

Tabela 3 - Métodos de análise e a quantidade de vezes em que eles foram utilizados dentre as produções coletadas.

Método de Análise	Qtde de vezes que foi utilizado dentre as produções coletadas
Análise Descritiva de Dados com auxílio de Software	1
Decomposição de Firpo, Fortin e Lemieux	1
Decomposição de Heckman	1
Decomposição de Jun, Murphy e Pierce	2

*Decomposição de Oaxaca-Blinder	25
Decomposição Oaxaca-Ransom	1
Euações Mincerianas	11
Função de Densidade de Probabilidade (FDP)	1
Índice de Dissimilaridade Duncan-Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (Ds), Índice de Karmel-MacLachlan (KM)	3
Índice de Gini	1
Índice de Hierarquização Racial	2
Índice de Theil	1
Índices e Decomposição de Del Rio e Alonso-Villar	1
Método de Hecksher	1
Modelos Logísticos Multinominais Condicionais (LMC)	1
Pesquisa Bibliográfica	3
Pesquisa Descritiva Quantitativa	9
Pesquisa Documental	3
Pesquisa Qualitativa (Entrevistas e/ou Questionários)	2
Regressão Linear	7
Regressão Probit	3
Regressão Quantílica	3

* Método de análise que mais se repetiu dentre as produções coletadas.

Gráfico 6 - Bases de dados utilizadas dentre as produções coletadas.

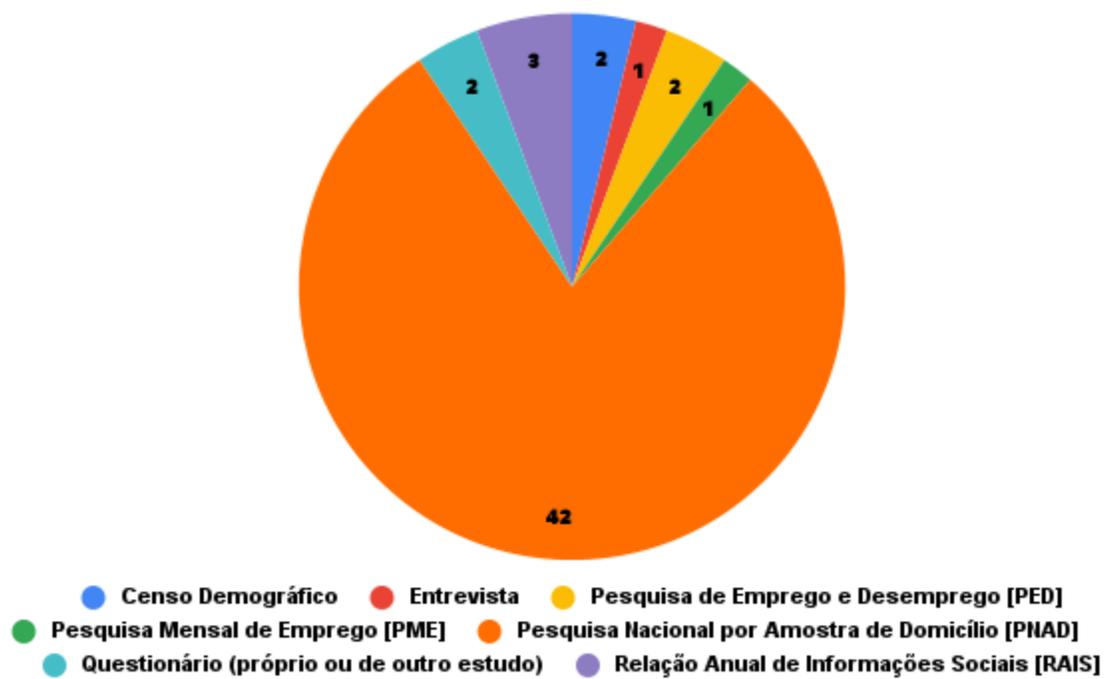
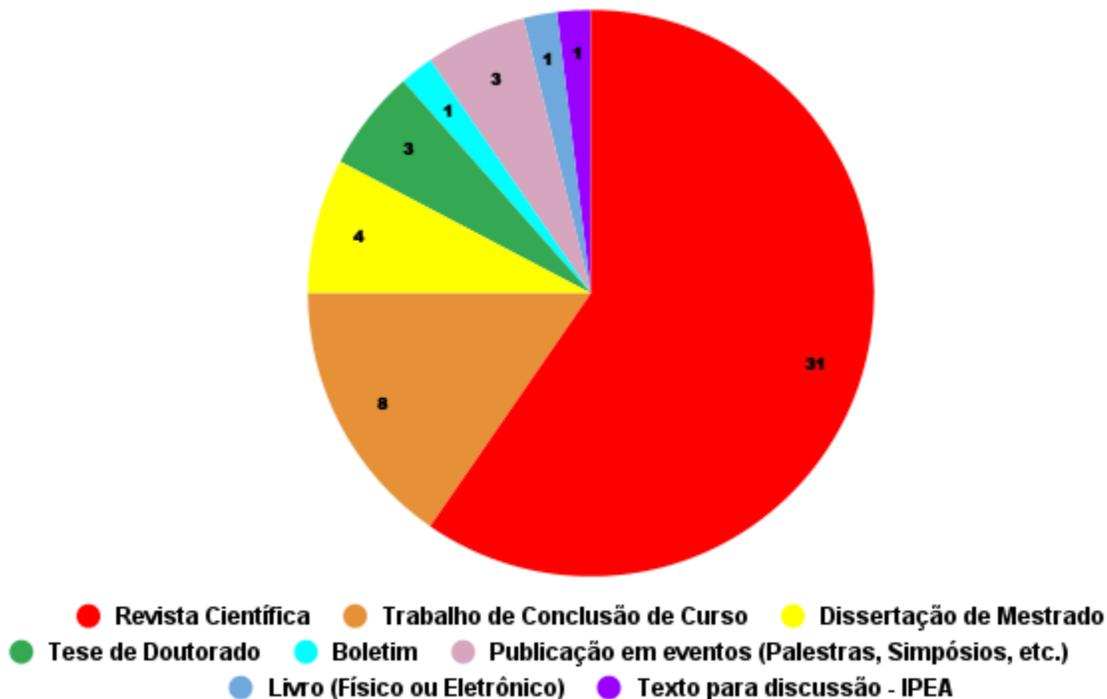


Gráfico 7 - Meios de publicação utilizados dentre as produções coletadas.



Interpretando os gráficos e tabela acima, percebe-se os seguintes achados: A decomposição de Oaxaca-Blinder foi o método de análise predominantemente utilizado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi a base de dados mais utilizada e que a publicação em revistas científicas foi o meio de publicação mais adotado.

Através da tabela abaixo é possível verificar o nome das revistas em que algumas das produções foram publicadas. Destaque para a Revista Gênero e a Revista Organizações & Sociedade, que contam cada uma com duas das produções coletadas publicadas em suas coleções.

Tabela 4 - Nomes das revistas científicas.

Nome das revistas	Número de quantas das produções coletadas foram publicadas em suas edições
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1
Revista Brasileira de Estudos de População	1

Revista Cadernos Cenpec	1
Revista Cadernos de Pesquisa	1
Revista Ciências Sociais Unisinos	1
Revista da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)	1
Revista de Ciências Sociais - Civitas	1
Revista de Desenvolvimento Econômico	1
Revista de Economia Contemporânea	1
Revista de Economia e Administração	1
Revista de Economia Política	1
Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho	1
Revista de Planejamento e Políticas Públicas	1
Revista de Políticas Públicas	1
Revista Economia Aplicada	1
Revista Economia Ensaios	1
Revista Econômica do Nordeste	1
Revista Espacios	1
Revista Estudo & Debate	1
Revista Estudos Avançados	1
Revista Gênero*	2
Revista Internacional Brasil para Todos	1
Revista Nova Economia	1
Revista Orbis Latina	1
Revista Organizações & Sociedade*	2

Revista Perspectivas Online: Humanas Sociais & Aplicadas	1
Revista Pesquisa & Debate	1
Revista Sociedade & Cultura	1
Revista Tempo Social	1

*/** Revistas que mais publicaram, em suas edições, alguma das produções coletadas dentro do recorte temporal estipulado.

4. Conclusão.

Nessa última seção da monografia, após a apresentação de alguns dos pontos observados a partir da metodologia escolhida para compor o trabalho final, se faz necessário apresentar as principais conclusões apontadas dentre as produções científicas coletadas dentro do recorte temporal estipulado neste trabalho.

Como já fora salientado anteriormente, o critério de escolha das produções científicas que viriam a compor essa monografia levou em conta trabalhos feitos entre os anos de 2010 a 2021 que, de preferência, tivessem metodologias quantitativas e que abordassem a desigualdade racial no mercado de trabalho. Ao final, foram encontradas e colocadas na base de dados cerca de 52 produções científicas, e essas de diversos tipos como artigos, dissertações de graduação, tese de mestrado e/ou de doutorado, produções para eventos e/ou revistas, etc.

Dentre as conclusões das 52 produções coletadas, num geral, o que se percebeu foi uma certa congruência no debate e nos achados que esses trabalhos apresentaram no seu decorrer. Através da compilação das conclusões dos trabalhos, um dos pontos mais destacados está no fato de que a educação tem um peso enorme na vida das pessoas, independentemente do gênero e/ou raça/cor, é graças ao acesso à educação de boa qualidade que os indivíduos conseguem ingressar em ótimas faculdades, universidades e também conseguem alcançar melhores postos de trabalho no mercado de trabalho. Porém, é preciso ter em mente que, no Brasil, ainda é possível notar a permanência de desigualdades educacionais que ocorrem, principalmente, devido ao acesso desigual à educação de qualidade, à boas infraestruturas de centros de ensino e também à permanência dos indivíduos nos estudos.

Voltando-se para o recorte de raça/cor, tema central da minha monografia, as conclusões das produções científicas coletadas apontam alguns fatos que já nos são conhecidos, como o privilégio dos homens brancos na sociedade - eles são predominantes em cargos mais prestigiados, cargos de tomada de decisão dentro das empresas e em cargos políticos, e que por consequência são aqueles indivíduos que auferem os melhores e maiores salários. Quanto à questão dos indivíduos negros, as produções apontam cenários contrários aos observados para os indivíduos brancos, ou seja, negros estão muito pouco representados em cargos de alto escalão, ainda estão mais concentrados em postos que não demandam tanta profissionalização e/ou que são desprotegidos e desqualificados e que conseqüentemente auferem menores gratificações.

Ainda sobre a diferença nos trabalhos exercidos entre negros e brancos na sociedade brasileira, através dos achados da revisão sistemática, também ficou evidente a predominância de autores brancos e do gênero masculino entre os intelectuais que debatem sobre a questão racial no Brasil. Esse achado acaba indo ao encontro da fala de Clóvis Moura (1988), já explicitada neste trabalho, da existência de uma divisão social e racial do trabalho. Ou seja, o fato de observarmos a predominância de homens brancos no campo intelectual brasileiro, reforça a ideia de que na nossa sociedade ainda persiste ideologias que normalizam o local do branco e do negro nas diversas ocupações - indivíduos brancos em trabalhos qualificados, trabalho intelectual por exemplo e indivíduos negros em trabalhos menos qualificados; e esses locais sendo reforçados historicamente através de diferenciações impostas entre aquele indivíduo que é tido como padrão intelectual/mais inteligente *versus* aquele que não tem faculdades mentais.

As produções também trazem outros pontos interessantes no que tange a inserção no mercado de trabalho e a ascensão social entre indivíduos brancos e não brancos. Sobre o primeiro ponto, o que se observou foi a existência de uma inserção diferenciada no mercado laboral entre negros e brancos, geralmente os primeiros vivem uma realidade em que precisam se inserir mais cedo no mercado de trabalho para poder sustentar ou ajudar financeiramente em casa, o que faz com que eles parem de estudar e assim não consigam ter uma melhor qualificação educacional, ou seja, estudar por mais tempo ou se profissionalizar/especializar em algo, o que os leva a ocupações com pouca qualificação e que conseqüentemente remuneram pouco. Sobre o segundo ponto, observou-se que normalmente, aos negros, é mais difícil ascender socialmente de maneira intergeracional e isso seria explicado pela aquisição de capital humano entre os diferentes membros da família, ou seja, nessa situação se entende que se normalmente os pais não possui

uma base forte e consolidada de capitais (humanos, sociais, políticos, etc.), então dificilmente conseguiriam repassá-los para seus filhos e conseqüentemente esses não conseguiriam ascender muito mais socialmente.

Ainda segundo as bibliografias, a disparidade salarial e ocupacional entre brancos e não brancos pode ser explicada muito por conta da desigualdade dos fatores produtivos desses indivíduos, destaque para os diferenciais de capital humano, experiências prévias no meio laboral mas principalmente por conta dos diferenciais educacionais entre esses sujeitos. Por conta da desigualdade educacional existente, o que se percebeu também é que a taxa de retorno da educação de indivíduos brancos é maior que a taxa de retorno dos indivíduos negros, possivelmente por conta dos primeiros conseguirem estudar mais, se qualificar mais, entre outros.

Para Santos (2018) é notório que no decorrer dos anos, o Brasil passou por progressos no que tange a educação, o que proporcionou “uma elevação sobre a média de anos de estudo, redução da taxa de analfabetismo, uma maior infraestrutura escolar para crianças e jovens, e o aumento no número das universidades e faculdades, tanto públicas como privadas” (SANTOS, 2018, p.34). É importante também citar a criação da Lei de Cotas, a Lei nº 12.711 de 2012, que desde sua implementação proporcionou um maior acesso ao ensino público superior àqueles indivíduos que antes não conseguiam alcançar esse nível educacional, destaque para a população pobre e negra. Porém para Santos (2018), mesmo após esses avanços experimentados pelo país, ainda é real a persistência de desigualdades no seio da sociedade, desigualdades essas que permanecem por conta de fatores aqui citados anteriormente como “baixa qualidade do acesso à educação pública, pelas dificuldades encontradas no Ensino Médio com alta evasão escolar e pela persistência intergeracional de baixo capital humano.” (SANTOS, 2018, p.34)

Voltando-se para o mercado de trabalho, o que as referências concluem é que o ambiente laboral ainda é extremamente desigual e discriminatório, e que as mesmas crenças e estereótipos, advindos do racismo, que inferiorizam os negros no meio social também se fazem presentes e são reforçadas no mercado de trabalho. Segundo as produções, mesmo que o hiato salarial entre brancos e não brancos tenha apresentado uma redução nesses últimos anos, e essa redução pode ter acontecido justamente pelo progresso nos fatores produtivos dos negros, ainda assim é notório a permanência de desigualdades entre os dois grupos. A explicação para a manutenção dessas desigualdades estaria justamente no fator discriminatório ainda presente no ambiente do

mercado de trabalho, que ainda inferioriza os não brancos a cargos menos prestigiosos e/ou que mesmo em situações em que os negros ocupam o mesmo posto de trabalho e que apresentem o mesmo nível de características produtivas em relação aos brancos, ainda sim são remunerados diferentemente.

Ainda, segundo as referências coletadas, foi possível perceber que ainda há uma carência de políticas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades entre as etnias nas empresas, o que contribui para que nos níveis hierárquicos mais altos das empresas, ainda exista certa predominância de trabalhadores de cor/raça branca. É exatamente sobre esse ponto que Machado et. al (2018) falam em seu trabalho:

“Observa-se um afinilamento conforme se move na hierarquia organizacional, isto é, embora haja domínio da raça negra nos níveis da base da pirâmide (aprendizes e *trainees*), sua progressão aos níveis mais elevados não ocorre, em especial nos níveis gerencial, executivo e conselho de administração”. (MACHADO ET. AL, 2018, p. 643)

Ainda sobre a desigualdade racial no ambiente do mercado de trabalho, os trabalhos coletados apontam para o fato de que a desigualdade salarial entre brancos e não brancos se amplia na medida que o nível de ocupação aumenta, ou seja, em cargos mais prestigiosos a desigualdade de rendimentos se mostra ainda maior e mais desigual pra o indivíduo negro, assim como a discriminação. Além disso, os trabalhos também apontam para a hipótese de existência de um teto de vidro (*glass ceiling*) para a situação dos negros em instituições e/ou empresas, isto indicaria que, negros sofrem com barreiras que lhes dificultam a ascensão a cargos de alto escalão e que remuneram mais no mercado de trabalho.

Algumas das referências coletadas, destaque para os trabalhos de Cunha et. al (2021) e Barbosa et al (2021) também trazem a discussão sobre os efeitos da pandemia do COVID-19 no mercado de trabalho. Segundo esses autores, a pandemia do Coronavírus além de promover uma crise sanitária também trouxe ‘na bagagem’ uma crise econômica, e essa última agravou ainda mais algumas das desigualdades que já existiam no mercado de trabalho. Com a crise econômica, instaurada no país por conta da crise sanitária, os cidadãos brasileiros mais afetados pelo desemprego foram as mulheres, os jovens, a população negra e aqueles com menor nível de escolaridade.

“Lamentavelmente, a crise pandêmica da Covid-19, também reitera a luta racial diante da manifestação estrutural da relegação do negro às condições similares que são oferecidas à força de trabalho branca, no mercado de trabalho.” (CUNHA ET. AL, 2021, p.81)

Por fim, dentre as referências coletadas, praticamente todas trazem em suas conclusões a importância de políticas públicas como importante instrumento na redução das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Segundo os trabalhos, as políticas públicas devem ser direcionadas e reforçadas principalmente para a área da educação, a fim de possibilitar o acesso igualitário à educação básica de qualidade para todos os indivíduos, reduzir e/ou aniquilar a taxa de evasão escolar, possibilitar um melhor acesso ao ensino superior de qualidade, reforço da Lei de Cotas para as universidades públicas (Lei nº 12.711/2012), etc; mas também para o mercado de trabalho, como o reforço da Lei de Cotas para concursos públicos (Lei nº 12.990/2014), políticas de promoção da igualdade de oportunidades entre as etnias dentro de empresas privadas, melhor incentivo financeiro para empreendedores negros, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. M.. Raça e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. TEMPO DA CIÊNCIA (UNIOESTE), v. 15, p. 115-133, 2008.

ALMEIDA, W. da S. de; ALMEIDA, P. M. de. Diferenças Salariais e Discriminação por Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Potiguar. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, [S. l.], v. 3, n. 2, 2016.** Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/16693>> . Acesso em: 6 jul. 2022.

ALVERNANZ, Júlya Souza Pontes. Discriminação salarial por cor e gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise dos dados da Pnad para os anos de 2001, 2004, 2008 e 2012. **Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)** - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, Minas Gerais, p.56. 2016.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**, (1988-1998). Bauru, SP: EDUSC,1998.

ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa [online]**. 2013, v. 43, n. 149 , pp. 452-477. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

AUGUSTO, N.; ROSELINO, J. E.; FERRO, A. R. A evolução recente da desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Brasil. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 26, n. 2 (48), 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/23066>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

BACCHI, M. D.; MAIA, K.; SOUZA, S. C. I.; GOMES, M. R.; CATELAN, D. W.; FONSECA, M. R. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor na região sudeste do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017. Disponível em:<<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4710>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BARBOSA, A. L. N. H. ; COSTA, J. S. ; HECKSHER, M. . Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?. Rio de Janeiro: IPEA, 2020 (**Relatório de Pesquisa**).

BECKER, K. L.; SILVA NETO, D. R.; KRAUZER, F. C. Uma evidência da discriminação salarial no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Gênero**, v. 19, n. 1, p. 207-223, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31299>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 12 ago. de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 09 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 12 ago. de 2022.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. W. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão?. **Planejamento e**

Políticas Públicas, [S. l.], n. 33, 2022. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/159>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CASTILHO, Bárbara. Gênero e raça no acesso aos cargos de chefia no Brasil. *In: Fazendo Gênero - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 9., 2010, Santa Catarina. **Anais eletrônicos** [...] Santa Catarina, 2010. p. 11. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1290711963_ARQUIVO_MicrosoftWord-Barbara_Castilho_-_Artigo_Fazendo_Genero_2010_FINAL_.pdf>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Political Economy** [online]. 2011, v. 31, n. 2, pp. 283-304. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200007>>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

COSTA, E. M.; SOUSA, D. T. ; GUIMARÃES, D. B. Decomposição dos diferenciais de rendimentos por cor e gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise por níveis ocupacionais nas regiões metropolitanas. *In: XI Encontro Economia Ceará em Debate*, 2015, Fortaleza. XI Encontro Economia Ceará em Debate, 2015.

COSTA, J. S. ; BARBOSA, A. L. N. H. ; HECKSHER, M. . Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19. Rio de Janeiro: IPEA, 2021 (**Texto para Discussão**).

COSTA, M. V. D; CARRASCO-GUTIERREZ, C. E.; REIS, C. V. S.. Diferencial de Salários por Cor e Sexo no Brasil: Uma Análise por Grandes Regiões. **Revista Economia Ensaios**. 2020, v. 35, n.1. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/49476>>. Acesso em: 11 ago. de 2022.

CUNHA, M. S. D.; VASCONCELOS, M. R.. Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil. **Economia Aplicada** [online]. 2012, v. 16, n. 1, pp. 105-136. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecoa/a/wBbXPqRtncYvQWVtjxDg6HS/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. Os aspectos econômicos da discriminação racial no Brasil. **Tese (Doutorado em Teoria Econômica)**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, M. R.; BACCHI, M. D.; CATELAN, D. W. C.; HAYASHI, P. A.; MAIA, K. Diferenças Salariais e Discriminação por gênero e cor na Região Norte do Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 739–760, 2018. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8244>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FRIO, G. S.; FONTES, L. F. C. Diferenças salariais devido à raça entre 2002 e 2014 no Brasil: Evidências de uma decomposição quantílica. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 87, p. 568-588, 2018. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302018000400568&script=sci_abstract>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

GOMES, Hélio Simões. "**Branços são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação**". G1, 14 de maio de 2018. Seção Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. de 2022.

GONZAGA, Leila Luiza. Os negros e as diferenças no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo: considerações sobre o nível de escolaridade dos ocupados. **Cadernos Cenpec - Nova série**, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/451>>. Acesso em: 11 ago. de 2022.

JAIME, Pedro. **Executivos Negros: Racismo e Diversidade no Mundo Empresarial** (Versão Eletrônica). 1ª. ed. Edusp, 2022.

JESUS, Josimar Gonçalves de. A evolução do diferencial de rendimentos entre negros e brancos nos setores agrícola e não agrícola no Brasil. **Orbis Latina**, v. 5, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/432>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

JESUS, Josimar Gonçalves de. Diferenças de rendimento entre negros e brancos no Brasil: evolução e determinantes. 2016. **Tese (Doutorado em Economia Aplicada)** - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, São Paulo, p.87. 2016

JORGE, F. C.; NASCIMENTO, G. T. D; GOMES, I. P. Os Reflexos da Discriminação do Negro no Mercado de Trabalho. **Monografia (Graduação em Administração)** - Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Centro Universitário Eurípedes de Marília. Marília, São Paulo, p. 58. 2010.

LEITE, M. de P.; SALAS, C. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social [online]**. 2014, v. 26, n. 1, pp. 87-100. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/kN4v5XV7Fy9HBRkgfbnLy3G/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

LIMA, I. F. M; VAZ, D. V. O setor público é mais igualitário para o negro que o setor privado no Brasil?. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 1, p. 89-107, 2020. Disponível em:<<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1000>>. Acesso em: 11 ago. de 2022.

MACHADO JUNIOR, C.; BAZANINI, R.; MANTOVANI, D. M. N. O mito da democracia racial no mercado de trabalho: análise crítica da participação dos afrodescendentes nas empresas brasileiras. **Organização e Sociedade**, Salvador , v. 25, n. 87, p. 632-655, 2018 . Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302018000400632&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 09 jul. de 2022.

MAIA, K.; CATELAN, D. W.; BACCHI, M. D.; FONSECA, M. R. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. **Revista Estudo & Debate**, v. 25, n. 1, 2018. Disponível em:<<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1351>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

MAIA, K.; SOUZA, S. C. I.; GOMES, M. R.; MOURA, F. K. F.; SILVA, R. J. Discriminação salarial por gênero e cor no Brasil: uma herança secular. **Revista Espaços [online]**. 2017, v. 38, n. 31, pp. 16. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n31/a17v38n31p16.pdf>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L. M. D. Diferenciais de rendimentos por gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 73-95, 2019. Disponível em:<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/38489>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

MESSIAS, José Flávio. Mercado de trabalho: Diferenciais na ocupação e nos rendimentos entre negros e não negros. **Brasil Para Todos-Revista Internacional**, v. 7, n. 1, p. 117-121, 2019. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais_Sem_Int_Etn_Racial/article/view/592>. Acesso em: 11 ago. de 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. de V. A desigualdade no “topo”: Empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]**. 2016, v. 16, n. 2, p. 1-87. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/NpWFj6HM6rCRgFbwrLS9bnN/?lang=pt#>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. de V. Desigualdade racial e de gênero no Brasil: o trabalho em quadros superiores e de dirigentes. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/57823>>. Acesso em: 9 jul. 2022.

OLIVEIRA, Lidiany Cristina de. As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século XX. **Monografia (Graduação em Pedagogia)** - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, p.59. 2005

PAULA, Bruno Galete Caetano de. Segregação ocupacional e discriminação segundo cor no mercado de trabalho brasileiro: abordagem regional. 2012, pp. 123 . **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas)**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados [online]**. 2015, v. 29, n. 85, pp. 137-151. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Jkxxc35wnZkzV8tY7vkXSpx/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

QUADROS, W. J. D.; MAIA, A. G. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2010, v. 14, n. 3, pp. 443-468. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000300001>>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. **Nova Economia [online]**. 2016, v. 26, n. 1, pp. 147-177. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/XnyJFQ7KYdSRpX7yZfdN4Op/?lang=pt#>>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

RICARTE, Thiago Limoeiro. Novas evidências sobre discriminação nas principais regiões metropolitanas brasileiras. **Tese (Doutorado em Economia)** – Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.105. 2018.

ROCHA, Emerson Ferreira. Negros, brancos e o grupo dos ricos: o outro lado da desigualdade racial brasileira. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, p. 182, 2016. Disponível em:< https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.05>. Acesso em: 11 ago. de 2022.

ROCHA, Emerson Ferreira. O Negro no Mundo dos Ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do censo de 2010. 1ª ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.

ROCHA, Emerson Ferreira. Os Códigos da Raça: uma perspectiva teórica sobre o racismo. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)** - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais, p. 181. 2010

SANTANA, Maria Karoline Fonseca. Discriminação salarial por sexo e raça: um estudo nos cargos gerenciais do mercado de trabalho do Nordeste brasileiro. **Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)** - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 45. 2021.

SANTANA, T. O. ; ROCHA, W. G. ; OLIVEIRA, R. N. ; CUNHA, F. E. O. A pandemia da COVID-19 e a intensificação das desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro: um retrato 'preto e branco?'. In: **Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira; Maynara Costa de Oliveira Silva. (Org.)**. Ser negra na sociedade pandêmica. 1ed. São Luís: Expressão Feminista, 2021, v. 1, p. 68-82.

SANTOS JUNIOR, Adauto Aprígio dos. Diversidade racial e trabalho: uma análise do profissional negro nas organizações. **Monografia (Graduação em Administração)** - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, p. 71. 2019.

SANTOS, José Guilherme de Farias. A discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho de Alagoas. **Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)** - Universidade Federal de Alagoas. Santana do Ipanema, Alagoas, p. 44. 2019

SANTOS, Vitor Gabriel Oliveira dos. Discriminação racial e mercado de trabalho: a influência da educação sob a desigualdade salarial entre negros e brancos na Região Metropolitana de Salvador. **Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)** - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 44. 2018.

SCHUCMAN, L. V.. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2020. 216p .

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Francismeire Neves da. Segregação entre brancos e negros no mercado de trabalho brasileiro. **Dissertação (Mestrado em Economia)** - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, pp. 145. 2010.

SILVA, Kecia. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise gênero-racial para a Região Metropolitana de Salvador no período de 2002 a 2014. **Dissertação (Mestrado em Economia)** - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 88. 2019.

SILVA, L. A.; FARIA, A. C. L. D.; TEIXEIRA, E. C. Desigualdade racial no mercado de trabalho formal brasileiro. **Humanas Sociais e Aplicadas**, v. 11, n. 30, p. 51-67, 2021. Disponível em: <https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/2029>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, Rony Ramos Cavalcanti da. Discriminação no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o Nordeste e o Sudeste para o ano de 2018. **Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)** - Departamento de Economia, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 38. 2019.

SILVEIRA, L. S.; SIQUEIRA, N. L. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**. 2021, v. 38, e.0151. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZbQKBWxQ3BwHbg6KNYCb3y/#>>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

SOUZA, Carine Oliveira. Desigualdade racial: um problema enraizado no mercado de trabalho no Brasil. **Monografia (Graduação em Administração)** - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, p.68. 2019.

SOUZA, P. F. D.; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2010, v. 25, n. 73, pp. 77-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000200005>>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

SPOLLE, Marcus Vinicius. A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010, pp. 160.

STEGMANN, Philip Barbosa. A luta contra a desigualdade de renda entre gêneros e raças: estamos vencendo ou perdendo?. **(Graduação em Ciências Econômicas)** - Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo, p. 32. 2018.

UHR, D. D. A. P.; FRIO, G. S.; ZIBETTI, A.; UHR, J. G. Z. Um estudo sobre a discriminação salarial no mercado de trabalho dos administradores do Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 13, n. 2, p. 194-213, 2014.

VAINER, C. B.. Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.18, p. 103-118, 1990.

VIEIRA, C. de A.; DA SILVA, R. M. Desigualdade racial na elite ocupacional brasileira: Considerações acerca da discriminação no mercado de trabalho 2005-2015. **Revista da ABET**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 109–123, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41504>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

VIEIRA, M. A. A. Z. A discriminação no mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro. In: **IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Poblacion**, 2020, Online. Anales 2020 ALAP, 2020. v. 14. p. 1-11. Disponível em: <<https://congresosalap.com/alap2020/resumos/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0031-1.PDF>>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

YOSHIOKA, A. P. ; CLARET, E. F. **O negro no mundo do trabalho: descontentamentos e luta**. Revista Sem Aspas, p. 118-127, 2014.